



Proposta de paz do presidente Ikeda

NOVA ERA DE PAZ E DESARMAMENTO:

UMA ABORDAGEM FOCADA NO SER HUMANO

DAISAKU IKEDA nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji, na área de economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não governamentais (ONG) das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 192 países e territórios.

Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as Escolas Soka (da educação infantil ao ensino superior), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor, com obras traduzidas para mais de 32 idiomas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Ikeda acredita que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo, onde imperam a desunião e a hostilidade, num lugar de coexistência pacífica. Por isso, apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao mundo.

A SGI é oficialmente registrada como ONG no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também integra a Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Carta da Soka Gakkai Internacional

Preâmbulo

NÓS, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação, com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nichiren Daishonin.

Reconhecemos que, em nenhuma outra época da história, a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século 20. O desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada e exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi posta em risco. A realidade da violenta discriminação étnica e religiosa tem se apresentado num interminável ciclo de conflito. Se não bastasse, o egoísmo e a negligência do homem causaram, e continuam causando, problemas mundiais, como a degradação do meio ambiente. Também observamos que os abismos econômicos criados se intensificam entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nichiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e as crises que a humanidade enfrenta. Tal capacitação faz surgir uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, nos determinamos a hastear bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito de tolerância e do respeito aos direitos humanos. Embasados no humanismo budista, no diálogo, nos esforços práticos e no firme compromisso com a não violência, dispomo-nos a desafiar as questões mun-

diais. Assim, adotamos esta Carta para ratificar os seguintes propósitos:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, visando à felicidade e ao bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.
2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.
3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.
4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nichiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a concretização da felicidade individual.
5. A SGI, por intermédio das organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades, como bons cidadãos.
6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes, de acordo com as condições predominantes em cada país.
7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, promoverá diálogos e atuará, em parceria, para a solução de questões fundamentais da humanidade.
8. A SGI respeitará a diversidade cultural e realizará intercâmbios culturais para criar uma sociedade internacional de cooperação e de compreensão mútua.
9. A SGI visará, com base no ideal budista de simbiose, à proteção da natureza e do meio ambiente.
10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a aprimorar o caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.

Nova era de paz e desarmamento: uma abordagem focada no ser humano

Dr. Daisaku Ikeda,
presidente da Soka Gakkai Internacional

Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU)
por ocasião do 44º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2019

Revisão: Cícero Sandroni

Tradução: Mariana Travieso Bassi e Vitor Takayoshi Moraes Assano

Colaboração: Edson Cruz

Com o aumento contínuo dos desafios globais, crises impensáveis no passado tornaram-se realidade em todo o planeta. A temperatura média global registra seu mais alto nível nos últimos quatro anos¹ e o impacto de condições climáticas extremas leva essa questão a patamares alarmantes. A crise dos refugiados constitui profunda preocupação, pelo número sempre crescente de indivíduos desalojados ao redor do mundo hoje em torno de 68,5 milhões.² O número de seres humanos vítimas de conflitos bélicos, racismo e pobreza cresce de forma endêmica. Disputas comerciais em latitudes e longitudes causam preocupação às sociedades de todos os pontos do globo.

Durante um debate na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, respeitados líderes mundiais expressaram grave preocupação com os recentes direcionamentos do comércio e seu impacto na economia global. Além desses desafios, a ONU clama por ações urgentes nas questões referentes ao desarmamento. Em maio do ano passado, o secretário-geral da ONU, António Guterres, lançou a Agenda para o Desarmamento — um detalhado relatório sobre essa questão. O documento afirma que os gastos militares globais superaram 1,7 trilhão de dólares,³ o nível mais alto desde a queda do Muro de Berlim,⁴ e alerta: “Enquanto cada país buscar sua própria segurança sem se preocupar com a dos demais, cria-se uma insegurança global que ameaça a todos nós”.⁵ Ao ressaltar que o total de gastos militares foi em torno de oitenta vezes o número para suprir as necessidades de assistência humanitária em todo o mundo, o secretário-geral expressou profunda preocupação com o ponto fundamental do problema: a crescente lacuna entre a alocação de recursos e o fato de que os fundos necessários não estavam destinados para erradicar a pobreza, promover a saúde e a educação, combater as mudanças climáticas e outras medidas para proteger o planeta. Se as tendências atuais assim perma-

“Quanto mais escura a noite, mais próximo está o amanhecer: agora é a hora de acelerar o impulso em prol do desarmamento e encontrar nas presentes crises oportunidades para criar uma nova história”

necerem, o progresso para conquistar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam garantir que ninguém seja deixado para trás, corre o risco de terminar em um impasse.

Tema de fundamental importância para a ONU desde a sua criação, o desarmamento tornou-se questão de interesse pessoal e objetivo central das propostas de paz que escrevo há mais de 35 anos. Como parte da geração testemunha das atrocidades da Segunda Guerra Mundial, e herdeiro do espírito do segundo presidente da Soka Gakkai, Josei Toda (1900-1958) — que agiu persistentemente, embasado em seu compromisso de eliminar a miséria da face da Terra —, estou plenamente ciente de que o desarmamento é essencial para erradicar o conflito e a violência da sociedade, ameaças à dignidade e à vida de muitos.

A humanidade mantém viva a virtude da solidariedade, força vital capaz de superar qualquer adversidade. O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN) foi adotado há dois anos por conta do poder de tal solidariedade, e o movimento progride em direção à ratificação e à sua entrada em vigor.

Quanto mais escura a noite, mais próximo está o amanhecer: agora é a hora de acelerar o impulso em prol do desarmamento e encontrar nas presentes crises oportunidades para criar uma nova



Secretário-geral da ONU, António Guterres (na tela e segundo da esquerda para a direita à mesa), faz considerações na audição parlamentar anual sobre o tema “Desafios Emergentes ao Multilateralismo: Uma Resposta Parlamentar” (Nações Unidas, Nova York, fev. 2019)

história. Para esse fim, gostaria de propor três temas centrais, uma espécie de andaime para tornar o desarmamento um pilar do mundo no século 21: compartilhar a visão de uma sociedade pacífica, promover um multilateralismo focado nas pessoas e incluir a ampla participação dos jovens.

Uma visão compartilhada

O primeiro tema versa e inclui a visão sobre o que constitui uma sociedade pacífica. A onipresença dos armamentos eleva os níveis de ameaça em todo o mundo. Apesar de o Tratado sobre o Comércio de Armas que regulamenta o comércio internacional de armas convencionais — dos menores armamentos aos tanques e mísseis — ter entrado em vigor em 2014, os principais Estados exportadores de armas não aderiram ao tratado. Esta atitude torna difícil barrar a disseminação de armamentos em regiões de conflito. Além disso, vemos a utilização recorrente de armas químicas

e de outros recursos desumanos. A modernização da tecnologia armamentista também gerou graves problemas, como a crescente preocupação com questões de direito humanitário internacional nos casos de ataques de *drones* militares atingirem civis.

A tensão sobre as armas nucleares também é crescente. Em outubro do ano passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que o país sairia do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, em inglês), assinado com a Rússia. Enquanto as controvérsias sobre o cumprimento dos termos do tratado continuam entre os dois países, existe o perigo da volta da corrida nuclear envolver outras potências nucleares, de forma semelhante ao que aconteceria se o INF fracassar. Tais condições evidenciam o comentário do secretário-geral Guterres no prefácio da Agenda para o Desarmamento, no qual ele alerta: “As tensões da Guerra Fria voltaram a um mundo cada vez mais complexo”.⁶

SÓCRATES COMO "PARTEIRA DA VERDADE"

Sócrates (470–469 a.C.–399 a.C.) via-se como uma “parteira intelectual”, alguém que ajudava os outros a trazer à luz a própria sabedoria e a determinar a verdade das próprias crenças. O método socrático, conhecido como maiêutica, foi exposto no diálogo *Teeteto* de Platão. Utiliza-se do diálogo e da provocação a partir de uma sequência de perguntas que induzem o interlocutor à descoberta de suas próprias verdades e, consequentemente, a levantar dúvidas sobre ideias que são comumente aceitas. No *Teeteto*, Sócrates mostra as semelhanças entre o ofício de sua mãe que era parteira e o processo de elaboração da verdade, que também envolve a dor do parto. Enquanto uma parteira induz ou alivia as dores do parto para ajudar a dar à luz, Sócrates auxilia a alma e ajuda seu interlocutor a dar à luz a uma ideia com conceituação fundamentada.

Por que a história parece se repetir dessa forma, em pleno século 21? Neste momento eu me lembro das penetrantes palavras do eminente físico e filósofo Carl Friedrich von Weizsäcker (1912–2007). O compromisso de Weizsäcker com a paz mundial durante toda a sua vida foi um dos temas do meu diálogo com seu filho, o Dr. Ernst Ulrich von Weizsäcker, presidente honorário do Clube de Roma. Ao caracterizar o período entre 1989, o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, e 1990, a reunificação da Alemanha, Weizsäcker notou que, em relação ao mundo em geral, qua-

“Nem a
instrução
nem a
condenação
serão efetivos
para superar
a patologia
da falta de
paz...”

“... Isso
requer um tipo
diferente de
abordagem,
que deve ser
denominado
cura”

Carl Friedrich
von Weizsäcker

se não surgiram mudanças significativas.⁷ Para alguém que viveu grande parte da vida na Alemanha dividida, e testemunhou a sequência de eventos que levou a Guerra Fria ao seu fim, essa era de certa forma uma colocação surpreendente, que remonta à autoidentificação de Sócrates como uma “parteira da verdade”.

Refletindo sobre o cenário político e militar da época, ele afirmou que os esforços para superar “a instituição da guerra”⁸ ainda precisavam atingir um ponto no qual pudessem ser chamados de transformação da consciência. Em outras palavras, ele acreditava que mesmo o fim da Guerra Fria não abrisse o caminho rumo ao desafio central de superar a guerra enquanto instituição, a repetida luta militar por hegemonia entre diferentes grupos. Ele também advertiu: “Nunca é certo, nem mesmo hoje, se esses novos tipos de armas que estão sendo constantemente produzidos não nos levariam à eclosão de uma guerra”.⁹ Sinto o peso dessas palavras, que também se aplicam ao atual cenário mundial.

As questões relacionadas à paz e ao desarmamento seguem sem resolução desde a época da Guerra Fria. Embora continue sendo sério desafio — na verdade, uma aporia — insisto, ainda há um raio de esperança. Podemos encontrá-lo no fato de que os diálogos sobre desarmamento não são conduzidos somente a partir da perspectiva da política internacional ou da segurança, mas cada vez mais incluem uma visão humanitária. Estabeleceram-se tratados proibindo armamentos desumanos como minas terrestres, bombas de fragmentação e armas nucleares. Os Estados devem aproveitar esse impulso histórico de incorporação da abordagem humanitária na formulação de leis internacionais e começar o processo de cooperação e trabalho para progredir de forma significativa no campo do desarmamento.

Para tal fim, é proveitoso analisar a ideia de “falta de paz como doença da alma” (*Friedlosi-*

gkeitalsseelische Krankheit, em alemão), a qual Weizsäcker identificou como um obstáculo para o processo de desarmamento. Ao identificar questões que impedem a paz com uma doença que aflige a todos, fundamenta sua visão de que nenhum Estado ou indivíduo podem existir isolados — ninguém está imune. Essa perspectiva de Weizsäcker é sustentada por sua visão dos seres humanos como formas de vida indeterminadas, que não possuem uma natureza fixa,¹⁰ e que não podem ser classificadas como boas ou más. Dessa forma, ele enfatiza que não devemos considerar a falta de paz como algo externo a nós mesmos, resultado da estupidez ou do mal;¹¹ em vez disso, devemos “levar em conta o fenômeno da doença”.¹² Ele explicou que nem a instrução nem a condenação serão efetivos para superar a patologia da falta de paz: “Isso requer um tipo diferente de abordagem, que deve ser denominado cura”.¹³ Somente podemos começar a administrar a cura quando reconhecermos essa doença dentro de nós e aprendermos a aceitá-la tanto em nós como nos outros.¹⁴

Acredito que foi esse tipo de consciência que levou Weizsäcker a elaborar uma abordagem singular na época em que o Reino Unido havia acabado de se juntar aos Estados Unidos e à União Soviética na corrida nuclear. O Manifesto de Göttingen, datado de 1957, em cujo esboço ele desempenhou papel central com outros cientistas, reflete a posição da Alemanha perante o mundo: “Acreditamos que o melhor caminho (da Alemanha Ocidental) para promover a paz mundial e proteger a si mesma é fazê-lo sem quaisquer tipos de armas nucleares”.¹⁵ Além de estarem direcionadas aos Estados que desenvolvem armas nucleares, essas palavras se dirigem principalmente à atitude que seu país deveria tomar em relação à questão nuclear. Os redatores do manifesto também declararam que, enquanto cientistas, eles têm responsabilidade profissional

pelo potencial efeito do seu trabalho, e, por conseguinte, “não podem se manter em silêncio em todas as questões políticas”.¹⁶

A propósito, o Manifesto de Göttingen foi lançado no mesmo ano em que o presidente Josei Toda proferiu sua Declaração pela Abolição das Armas Nucleares, fundamentada em suas convicções como budista. Ao mesmo tempo em que reconhecia a importância dos movimentos contra os testes nucleares que ganhavam força na época, ele afirmou que as ideias que justificam a existência de armas nucleares e das quais os problemas de segurança se originam deveriam ser anuladas para promover uma solução fundamental do problema: “Desejo expor e arrancar as garras que estão escondidas nas profundezas dessas armas”.¹⁷

Tal declaração, feita seis meses antes do seu falecimento, partiu do princípio de que é inadmissível para qualquer um ameaçar o direito fundamental à vida, compartilhado pelas pessoas do mundo. A relevância dessa declaração está no fato de que ele trouxe a questão das armas nucleares, que estavam sendo alçadas como necessárias para a paz e a segurança dos Estados, de volta ao âmbito do valor intrínseco da vida, uma questão de grande interesse a todas as pessoas.

Esforçando-me para dar continuidade a esse espírito, segui defendendo que, se formos realmente dar um fim à era das armas nucleares, devemos lutar contra o real inimigo, que não são os armamentos nucleares *per se*, nem os Estados que os possuem ou os desenvolvem, mas sim as formas de pensar que permitem a existência de tais armas — a prontidão para aniquilar os outros quando são percebidos como ameaça ou obstáculo à realização dos nossos objetivos.

Em setembro de 1958, um ano depois de Josei Toda ter feito sua declaração, escrevi uma obra intitulada *Uma Saída da Casa em Chamas*, na qual fiz referência à parábola das três carroças e a casa em chamas, que consta no Sutra do Lótus.



Dr. Daisaku Ikeda, à direita, e o Dr. Ernst Ulrich von Weizsäcker se cumprimentam no Auditório da Universidade Soka (Hachioji, Tóquio, mar. 2010)

De acordo com essa narrativa, a casa de um homem rico é repentinamente incendiada, mas como ela é muito espaçosa, seus filhos, que estão lá dentro, permanecem alheios ao perigo em que se encontram e não demonstram surpresa ou medo. O homem então elabora uma forma de permitir que todos saiam da casa sem se machucar. Ao citar essa parábola, enfatizei a constatação de que o uso de bombas atômicas ou de hidrogênio seria um suicídio para a Terra, a autodestruição da humanidade. Portanto, as armas nucleares constituem profunda ameaça aos habitantes de todos os países e devemos trabalhar juntos para achar formas de sair da “casa em chamas” que o mundo se tornou ao se envolver com esse perigo sem precedentes.¹⁸ Assim como a parábola simboliza o ponto crucial de uma tragédia, devemos aprender que nossos esforços devem ser focados em salvar todas as pessoas do perigo.

Nesse sentido, concordo absolutamente com o ponto de vista do secretário-geral da ONU,

Guterres, na Agenda para o Desarmamento, na qual ele descreve três novas perspectivas que vão além da retórica de segurança que há tempos domina esses debates: o desarmamento para salvar a humanidade, o desarmamento que salva vidas e o desarmamento em prol das futuras gerações.¹⁹

Então, como superar a ausência de paz? Essa “ausência” é uma patologia social no coração da qual se encontra a necessidade de produzir armas de todos os tipos, para todos os usos sem levar em conta a destruição de vidas e os terríveis danos causados por elas. Hoje, mais do que nunca, devemos nos livrar dessa patologia e acelerar o impulso global em direção ao tipo de desarmamento que salva vidas. Uma abordagem budista focada nesta direção pode iluminar a forma de enfrentarmos esse desafio.

Nos ensinamentos budistas, encontramos a história de Angulimala,²⁰ temido pelo assassinio de muita gente e contemporâneo de Shakyamuni. Um dia, Angulimala decide matar Shakyamuni.



Allée des Nations (Avenida das Nações) com as bandeiras dos Estados-membros no Escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça (UNOG, sigla em inglês)

Persegue-o com todas as suas forças, mas não consegue alcançá-lo. Frustrado, ele interrompe sua corrida e grita: “Pare!”. Shakyamuni responde: “Angulimala, eu parei. Você também deveria parar”. Perplexo, ele pergunta ao Buda por que o mandava parar, já que ele não estava mais se movimentando. Shakyamuni explica que se referia ao fato de Angulimala matar seres vivos sem piedade e a maldade por trás de tais atos. Profundamente comovido pelas palavras de Shakyamuni, Angulimala decide eliminar a maldade do seu coração e não mais praticar atos maus. Nesse momento, o homem se despe de suas armas e solicita a Shakyamuni permissão para ser seu discípulo. Dali em diante, Angulimala se arrepende dos seus crimes e se dedica de forma sincera à prática budista, em busca de expiação.

Há outra importante reviravolta na história de Angulimala. Um dia, enquanto caminhava pela cidade pedindo esmolas, ele vê uma mulher sofrendo as dores do parto. Não há ninguém ao lado

dela e ele, sentindo-se impotente diante da cena, a deixa sozinha. Porém, incapaz de parar de pensar em sua dor, ele procura Shakyamuni e relata o que havia acontecido. Shakyamuni pede que ele vá até ela e ofereça as seguintes palavras: “Irmã, desde o meu nascimento não destruí conscientemente um ser vivo sequer. Em nome desta verdade, que você fique bem e aquele que for nascer também fique bem”. Consciente do seu histórico de más ações, Angulimala não consegue compreender a verdadeira intenção do Buda. No entanto, Shakyamuni esclarece que Angulimala já havia conseguido dissipar a maldade oculta em suas ações por seu arrependimento e sincero envolvimento com a prática religiosa. Para lembrá-lo disso, Shakyamuni pede novamente que ele diga as seguintes palavras à mulher: “Irmã, desde que renasci como alguém que busca o nobre caminho, não me recordo de ter conscientemente tirado a vida de um ser vivo. Em nome desta verdade, que você fique bem e aquele que for nascer também

“Devemos nos livrar dessa patologia [da falta de paz] e acelerar o impulso global em direção ao tipo de desarmamento que salva vidas”

fique bem”. Por conhecer a profunda compaixão de Shakyamuni, Angulimala corre para perto da mulher e lhe oferece tais palavras. O sofrimento da mulher se abrandava e ela dá à luz em segurança.

Esses dois eventos indicam as mudanças que Shakyamuni desejava inspirar em Angulimala. Ele primeiro buscou redirecionar a atenção do homem para a própria maldade e para a intenção de ferir, que governaram suas ações por tanto tempo. Depois, iluminando o caminho pelo qual Angulimala poderia salvar a vida da mãe e da criança, direcionou-o ao compromisso de se tornar alguém que salva outras vidas. Não é preciso dizer que essa parábola descreve a transformação interior de um indivíduo e é ambientada em tempo e meio cultural diversos do nosso. No entanto, acredito que ainda possui relevância em nossa época porque não se limita à extinção de atos hostis, mas é orientada para o aprendizado de salvar vidas. Gostaria de propor esse ponto, base útil do remédio transformador da sociedade em seu cerne.

As Convenções de Genebra, adotadas há setenta anos, em 1949, e que estabeleceram princípios vitais para o direito internacional humanitário, foram redigidas com intenções que ecoam a história de Angulimala. O trabalho preparatório para as convenções, que incluem o objetivo de estabelecer zonas seguras não só para mulheres grávidas, mas para todas as mulheres e crianças, assim como para idosos e enfermos, foi adotado pela conferência do Comitê Internacional da Cruz Vermelha nos anos finais da Segunda Guer-

AS CONVENÇÕES DE GENEBRA

As Convenções de Genebra constituem-se em uma série de tratados internacionais que estabeleceram as bases do direito internacional humanitário. A primeira Convenção de Genebra realizou-se em 1864 como iniciativa do ativista social Henri Dunant (1828-1910). Nela, definiu-se os direitos básicos de prisioneiros de guerra e concedeu-se proteção aos feridos e civis. Depois da experiência da Segunda Guerra Mundial, quatro convenções foram adotadas por uma conferência diplomática em 12 de agosto de 1949: 1) Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha. 2) Convenção para melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar. 3) Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra. 4) Convenção relativa a proteção dos civis em tempo de guerra. Protocolos adicionais foram adotados em 1977.

ra Mundial. Na época da adoção das convenções depois da guerra, os Estados que participaram na conferência de negociação declararam:

A sincera esperança é que, no futuro, os governos nunca tenham de aplicar as Convenções de Genebra para a Proteção das Vítimas da Guerra; (...) Seu maior desejo é que os poderes, grandes ou pequenos, possam sempre chegar a uma solução amistosa para suas diferenças por meio da cooperação e compreensão entre as nações.²¹



Pessoas circulam pelo Bella Centre, edifício no qual a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas é realizada (Copenhague, Dinamarca, dez. 2009)

Os redatores não buscavam apenas alertar sobre as ações que violassem as convenções. Seu desejo mais sincero era evitar as condições de enorme sofrimento e perda de vidas que exigiriam sua aplicação. As convenções — que forneceram as bases para o subsequente direito internacional humanitário — manifestavam sua determinação precisamente porque a crueldade e a tragédia da guerra foram sentidas pelos participantes nas sessões de negociação.

Sem revisitarmos as origens das Convenções de Genebra, permaneceremos atolados em argumentos que justificam como aceitável qualquer ação desde que não viole explicitamente o que consta na lei. É crucial ter isso em mente devido ao rápido avanço no desenvolvimento de sistemas de armas autônomas letais (LAWS, em inglês) que utilizam inteligência artificial (IA), com batalhas travadas sem qualquer controle humano direto. Não tratar essa questão põe em risco o espírito revigorante do direito internacional humanitário expresso nas Convenções de Genebra.

“É vital cultivar o reconhecimento mútuo dessa patologia e nos unir em busca da cura. Em outras palavras, devemos desenvolver uma visão compartilhada por uma sociedade pacífica”

Agora mais do que nunca devemos redobrar os esforços para superar a patologia da falta de paz. Para isso, é vital cultivar o reconhecimento mútuo dessa patologia e nos unir em busca da cura. Em outras palavras, devemos desenvolver uma visão compartilhada por uma sociedade pacífica, e acredito que o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN) é um precursor do tipo de lei de desarmamento internacional que pode ajudar a construir tal visão.

LEI HÍBRIDA INTERNACIONAL

A lei híbrida internacional é uma forma de abordar os problemas com o uso de lentes interdisciplinares que levam em conta a natureza interconectada das questões. Reconhece que elas não seriam encaminhadas adequadamente se fossem abordadas por uma única área do direito. Essa abordagem se desenvolveu desde 2007 para responder às mudanças climáticas a partir de três perspectivas: ambiental, direitos humanos e direito dos refugiados ou imigrantes. Ela demonstrou a inter-relação entre essas diferentes perspectivas, evidenciando que uma questão ambiental como a mudança climática não poderia ser abordada sem que houvesse um impacto direto ou secundário nos direitos humanos ou na imigração. Tal abordagem reconheceu o entrelaçamento das relações causais em torno da mudança climática e reformulou a responsabilidade dos Estados para responder à questão de maneira abrangente.

O TPAN é uma forma de lei internacional que vai além dos limites tradicionais de desarmamento ou da proteção humanitária. Jean Pictet (1914-2002), ex-diretor-geral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), responsável por cunhar o termo “direito internacional humanitário”, frisou que se trata da “transposição da moral e, mais especificamente, das preocupações humanitárias, para o direito internacional”.²² O TPAN, que cristaliza a resolução compartilhada entre os *hibakusha* (sobreviventes da bomba atômica) e muitos outros

de não permitir que a tragédia nuclear se repita, se encaixa precisamente na mesma genealogia do direito internacional.

O TPAN também apresenta características de norma híbrida do direito internacional, um padrão emergente hoje em destaque. Como abordagem jurídica originalmente proposta para tratar das mudanças climáticas de forma a relacioná-las a questões referentes aos direitos humanos e migração forçada, as normas híbridas internacionais promovem uma mudança no pensamento tradicional sobre a classificação da legislação. Nesse contexto, o TPAN é um instrumento legal que reconhece a interconexão das mudanças globais que enfrentamos atualmente, unindo-as sob o guarda-chuva mais amplo possível.

Mesmo questões de segurança que estão profundamente ligadas a aspectos de soberania estatal devem igualmente levar em consideração fatores como meio ambiente, desenvolvimento socioeconômico, economia global, segurança alimentar, saúde e bem-estar das atuais e futuras gerações, direitos humanos e igualdade de gênero — essa é a direção que foi claramente apontada no TPAN. O discurso do desarmamento nuclear deve estar embasado na consciência compartilhada de que não podemos conquistar uma legítima segurança a menos que cada uma dessas questões seja tratada adequadamente. Do contrário, as negociações continuarão a focar no equilíbrio do poder bélico de cada lado, tornando a questão muito mais difícil de ir além do contexto do controle de armas.

Nesse sentido, o TPAN pode ajudar a romper o duradouro impasse sobre desarmamento nuclear. Além disso, ao expandir a rede de apoio ao tratado, podemos dar passos largos na direção de abrir o caminho para um mundo de direitos humanos baseado no mútuo respeito pela dignidade de todos; criar um mundo onde a felicidade e a segurança, nossa e dos outros, seja fundamental.

E construir um mundo de coexistência embasado em uma percepção compartilhada de responsabilidade pelo meio ambiente e pelas futuras gerações. Tal procedimento, acredito, pode ser a maior contribuição do TPAN para a história.

Multilateralismo focado nas pessoas

O próximo tema para fortalecer a causa do desarmamento que eu gostaria de discutir é a necessidade do trabalho em conjunto para promover o multilateralismo focado nas pessoas, uma ideia que ganhou voz no documento resultante da conferência de organizações não governamentais (ONG) afiliadas ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas²³ (Conferência Anual DPI/ONG) ocorrida no último mês de agosto. É uma abordagem centrada na proteção daqueles que enfrentam as mais graves ameaças e desafios.

Embora a ideia do multilateralismo focado nas pessoas tenha sido proposta no contexto em que se promovia a conquista dos ODS, sinto que ela também pode contribuir de forma significativa para a transição dos acontecimentos atuais do mundo rumo ao desarmamento. Assim como o secretário-geral Guterres alertou durante o lançamento da Agenda para o Desarmamento da ONU, os gastos militares globais continuam em ascensão, enquanto os recursos disponíveis para responder às crises humanitárias são decrescentes e inadequados. A cada ano, uma média de 200 milhões de pessoas são vítimas de desastres naturais.²⁴ De forma similar, 821 milhões de pessoas sofreram com a fome a partir de 2017, e quase 151 milhões de crianças até os 5 anos apresentaram crescimento atrofiado em decorrência da desnutrição.²⁵ Fatos como estes nos fazem questionar o significado e os objetivos da existência de políticas de segurança nacionais.

Aqui quero citar o ponto de vista de Hans van Ginkel, ex-reitor da Universidade das Nações

“[A ideia do multilateralismo focado nas pessoas] também pode contribuir de forma significativa para a transição dos acontecimentos atuais do mundo rumo ao desarmamento”

Unidas, sobre a natureza e os objetivos da segurança humana. Ao mesmo tempo em que reconhece as aparentes complexidades da segurança, Van Ginkel observa que se olharmos o mundo da perspectiva de cada indivíduo, fica muito claro o que as pessoas vivenciam como ameaças ou fonte de insegurança:

No entanto, é claro que a segurança tradicional falhou em fornecer segurança *significativa* para uma proporção relevante de pessoas no nível individual. Ainda assim, atitudes e instituições que privilegiam a “*alta política*” ante à doença, à fome, ao analfabetismo estão incrustadas nas relações internacionais e nos processos decisórios de políticas internacionais. De fato, nós nos tornamos tão acostumados com essa abordagem que, *para muitos, “segurança” se tornou sinônimo de segurança do Estado.*²⁶ (grifos no original)

Van Ginkel aponta para o fato de que, comparada a questões de segurança nacional, a resposta às ameaças à vida e aos meios de subsistência das pessoas parece carecer de urgência. O resultado é privar uma grande quantidade de pessoas de qualquer sensação efetiva de segurança. Em outro discurso, Van Ginkel descreve a condição de pessoas que vivem em extrema pobreza:



Unicef, em parceria com a Cruz Vermelha dinamarquesa, apresenta o projeto Escola em uma Caixa (*School in a Box*, em inglês) no acampamento em La Centre Sportif na crescente comunidade de Carrefour, Haiti. As escolas desse projeto atualmente são frequentadas por 551 estudantes e conta com professores especializados

De fato, como viver as alegrias e o significado da existência humana, como ter uma vida dignamente humana, quando a sobrevivência do dia a dia — sim, do dia a dia, por vezes de hora a hora — não é sequer garantida? Como alguém pode projetar-se ao futuro e construir laços com outros, se sobreviver até o dia seguinte se apresenta como o maior dos desafios?²⁷

Isso evidencia a profundidade do sofrimento daqueles negligenciados pelas formas tradicionais de segurança e inclui não só pessoas afetadas pela pobreza ou desigualdade social, mas também as afastadas de suas casas e forçadas a buscar refúgio por conta de conflitos armados ou desastres. A base do multilateralismo focado nas pessoas deve ser o esforço para construir um mundo no qual todos possam desfrutar uma segurança significativa e, juntos, ter esperança no futuro. Essa abordagem, no entanto, não deve co-

meçar *ex nihilo* (“do nada” ou “a partir do nada”, em latim), por já ser motivo de especial atenção na África e um componente da resposta para muitos dos graves problemas que o continente enfrenta. O estabelecimento da União Africana, em 2002, foi um momento decisivo nesse sentido.

Em 2012, tendo como base os esforços para desenvolver respostas colaborativas mais efetivas às crises humanitárias, a Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente na África (Convenção de Kampala) entrou em vigor. Foi uma convenção inovadora com aspectos nunca antes vistos em nenhum lugar, ao reunir esforços regionais para proteger pessoas deslocadas internamente.

Existem outros exemplos notáveis de assistência a refugiados em países africanos. Uganda, por exemplo, aceitou por volta de 1,1 milhão de refugiados de conflitos que ocorrem no Sudão do

O PACTO GLOBAL SOBRE REFUGIADOS

Endossado em dezembro de 2018 pela Assembleia Geral da ONU, o Pacto Global sobre Refugiados estabelece uma estrutura para respostas internacionais mais fiáveis e equitativas nas movimentações em larga escala de refugiados. O Pacto Global busca aliviar a pressão que recai sobre os países anfitriões, construir a autossuficiência dos refugiados, dar suporte para sua inclusão no plano de desenvolvimento nacional dos países anfitriões e promover as condições necessárias para que eles possam retornar de forma voluntária ao seu país natal. Investindo em serviços e na infraestrutura das comunidades que acolhem [os refugiados], o pacto foca nas pessoas e beneficia tanto os moradores locais como os refugiados.

Sul e em outros locais.²⁸ Além de obter a livre circulação e oportunidades de emprego, os refugiados recebem terras para cultivar e são integrados aos sistemas de educação e saúde locais. Muitos ugandeses também passaram pelo sofrimento de conflitos armados e foram forçados a se deslocar como refugiados. Essas memórias parecem fornecer as bases para apoiar tais políticas.

O exemplo da Tanzânia se destaca. Esse país atualmente abriga mais de 300 mil refugiados de países vizinhos.²⁹ Ao cooperarem com as populações locais, alguns refugiados participaram de atividades a exemplo da criação de mudas em viveiros. Esse projeto, que começou como resposta ao desmatamento e à degradação ambiental devi-

do à necessidade de se encontrar lenha, resultou no plantio de 2 milhões de árvores nos campos de refugiados e regiões vizinhas até o momento. A imagem de árvores verdejantes plantadas no grande solo da África remete fortemente à convicção da minha falecida amiga Wangari Maathai (1940–2011): o plantio de árvores que ela realizou pôde ajudar a curar a terra e a romper o ciclo de pobreza. “Árvores”, escreveu ela, “são símbolos vivos de paz e esperança”.³⁰ Para refugiados que estão lutando para recomeçar a vida, as árvores cultivadas por eles são um símbolo de esperança e uma promessa de significativa segurança.

Por mais de cinco décadas, venho afirmando que o século 21 será o século da África. Essa afirmação fundamenta-se na firme convicção: os que mais sofrem são aqueles com mais direito de ser felizes. Vemos na África o multilateralismo focado nas pessoas, abordagem que traz grande esperança ao mundo. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), 30% dos refugiados ajudados por ele até o momento estão na África.³¹ Em dezembro último, a ONU adotou o Pacto Global sobre Refugiados, reconhecendo as dificuldades que os países enfrentam ao aceitar grande número deles sem apoio algum. A sociedade internacional deve fortalecer o apoio não só aos refugiados, mas também aos países que os aceitaram.

Há uma tendência lamentável das pessoas que vivem em países não impactados diretamente pela crise de refugiados ou pela pobreza de se distanciarem desses problemas e da responsabilidade de resolvê-los. O objetivo do multilateralismo focado nas pessoas é ultrapassar as diferenças em perspectivas nacionais e encontrar formas de aliviar o sofrimento das pessoas que enfrentam grandes ameaças ou crises.

A história dos quatro encontros de Shakyamuni descreve a motivação inicial dos ensinamentos budistas, e sugere a transformação na consciência



Crianças sírias se abraçam em um campo de refugiados

hoje exigida de nós. Nascido em uma família real na Índia antiga, Shakyamuni desfrutou de alto *status* político e abundância material. Seus anos de juventude foram vividos em ambiente em que muitas pessoas serviam à família real, de forma que ele jamais precisou se preocupar com o frio do inverno ou o calor do verão, ou que suas roupas estivessem sujas de poeira, palha ou orvalho da noite.³²

Um dia, Shakyamuni andou por fora dos portões do palácio, e viu pessoas a sofrer os males da doença e da velhice e o cadáver de uma pessoa que falecera à beira da estrada. Profundamente abalado por tais encontros, sentiu de forma profunda a força da realidade: ninguém, incluindo ele próprio, poderia evitar os sofrimentos de nascimento, envelhecimento, doença e morte. O que lhe doía mais do que tais sofrimentos era o fato de que muitas pessoas se imaginavam imunes e, como resultado, desprezavam e se distanciavam daqueles que sofriam. Mais tarde, recordando tais eventos, ele descreveu a psicologia humana da seguinte maneira:

Em sua insensatez, os mortais comuns — apesar de incapazes de evitar a velhice —, quando veem outras pessoas envelhecendo e entrando em declínio, se angustiam e sentem vergonha e ódio — sem pensar que se trata do seu próprio problema.³³

Essas palavras se aplicam não só ao sofrimento do envelhecer, mas também ao da doença e da morte. Pensar que o sofrimento dos outros não tem nada a ver conosco e até a aversão que podemos sentir desse sofrimento foram censurados por Shakyamuni como a arrogância dos jovens, a dos saudáveis e a dos vivos. Se considerarmos a arrogância em termos de conexões do coração humano, podemos claramente ver como a apatia e a falta de interesse surgem da arrogância e, na verdade, aprofundam e intensificam o sofrimento dos outros.

Em qualquer época, há espaço para tais atitudes. O fatalismo vê a pobreza ou outras condições terríveis como destino imutável de um indivíduo ou resultado de falhas pessoais; ou o tipo da moralida-



Resíduos plásticos flutuam na superfície do oceano

de que nega a responsabilidade por qualquer dano ou sofrimento que se tenha infligido aos outros. A resposta de Shakyamuni a este comportamento foi ensinar que, embora seja impossível evitar o sofrimento, nos é dada a condição de transformar a vida pelo desenvolvimento do potencial interior de cada pessoa. Além disso, quando temos empatia com aqueles que passam por dificuldades e os apoiamos, essa atitude nos ajuda a tecer redes de encorajamento mútuo, e assim criar crescente sentido de segurança e esperança.

O foco do budismo não se restringe aos sofrimentos inevitáveis da vida, mas leva em consideração a realidade de pessoas que enfrentam diversas dificuldades na sociedade. Dessa forma, encontramos dentro do cânone do budismo Mahayana (Sutra sobre Preceitos Upasaka) incentivos para construir poços, plantar árvores frutíferas e construir canais de água, ajudar os idosos, as crianças e os fracos a atravessar rios e consolar aqueles que perderam suas terras.³⁴ Isso nos leva a reconhecer que em algum momento da vida

devemos passar pelos sofrimentos que afligem outras pessoas — que não há felicidade só nossa e tampouco sofrimento apenas dos outros — e lutar pelo bem-estar tanto de si como do próximo. É nesse sentido que o espírito do budismo se manifesta.

Tomar para si o sofrimento e a dor dos outros é a fonte filosófica das atividades da SGI como organização baseada na fé, enquanto trabalhamos para encarar os desafios globais como a paz e os direitos humanos, o meio ambiente e as questões humanitárias. Fica claro para mim que existe profunda correlação entre o comportamento que Shakyamuni observou, aquele de considerar o envelhecimento ou a doença como irrelevantes e indesejável o contato com velhos e doentes, e o fenômeno que se observa hoje quando pessoas consideram a pobreza, a fome e a dor dos outros irrelevantes para elas e que é melhor ignorá-las.

Essa deplorável constatação remete à passagem do documento resultante da DPI/ONG que mencionei anteriormente: “Nós, os povos,

“Embora seja impossível evitar o sofrimento, nos é dada a condição de transformar a vida pelo desenvolvimento do potencial interior de cada pessoa”

rejeitamos a falsa escolha entre nacionalismo e globalismo”.³⁵ De fato, a busca pelo nacionalismo — a noção de “meu país primeiro” — fortalece a tendência à xenofobia e o avanço do globalismo que foca somente nos lucros criados em um mundo no qual os fortes dominam os fracos. Esse é o motivo pelo qual concordo com o fato de que a atual época exige que todos os países trabalhem juntos para pôr em ação uma abordagem multilateralista focada nas pessoas, que tem como foco proteger os vulneráveis de sérias ameaças ou problemas.

Na história dos esforços para conquistar a segurança, por vezes encontramos a ideia de que se os muros do castelo são fortes o suficiente, estaremos a salvo. Isso se revela atualmente na ideia de que, enquanto vivermos entre fronteiras nacionais protegidas por forças militares, nossa segurança estará assegurada. Porém as questões globais, como as mudanças climáticas, geram danos que não respeitam limites nacionais e necessitam de outra abordagem.

Em março do ano passado um projeto inovador, o Acordo de Escazú, foi adotado por países da América Latina e do Caribe para proteger direitos relacionados ao meio ambiente. A região sofreu os impactos de ciclones tropicais e a acidificação dos oceanos. Em adição ao fortalecimento da cooperação regional, o acordo inclui políticas fo-

cadadas nas pessoas, como a proteção de ativistas ambientais e a incorporação de pontos de vista diversos na elaboração de decisões importantes.

Esforços notáveis em escala global também estão sendo empreendidos. Dois anos atrás, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente começou a Campanha Mares Limpos, que visa a redução de resíduos de plástico — a maior fonte de lixo marinho. Atualmente, mais de cinquenta países estão participando da campanha, e seus litorais, juntos, representam mais de 60% do total mundial.³⁶ Tradicionalmente, a proteção dos litorais foi um foco de atividades militares defensivas, mas agora começou a ter um novo significado: olhar além das diferenças nacionais a fim de proteger os oceanos e colaborar para a preservação da integridade ecológica.

Ao revermos a história, podemos verificar que tanto o nacionalismo xenófobo como a globalização que prioriza os lucros têm raízes no imperialismo que emergiu com força maior na última metade do século 19. No começo do século 20, os impactos destrutivos do imperialismo podiam ser vistos ao redor do mundo. Em 1903, Tsunesaburo Makiguchi (1871-1944), presidente fundador da Soka Gakkai, bradou pelo fim da competição pela sobrevivência na qual os países buscam sua segurança e prosperidade à custa dos habitantes de outros países. Ele clamava, em vez disso, pela adoção de formas de competição autenticamente humanas cuja essência ele definiu como “engajar-se conscientemente na vida coletiva” escolhendo “fazer coisas pelo bem dos outros, pois, ao beneficiar os outros, beneficiamos a nós mesmos”.³⁷ Nosso mundo atual necessita desesperadamente desse tipo de reorientação.

Por meio do constante acúmulo de experiências de assistência mútua e colaboração em resposta a crises humanitárias e desafios ambientais, podemos promover a verdade e o senso de segurança para atenuar as tensões e os conflitos



Alunos do Lycée André Chavanne e funcionários das Nações Unidas em Genebra durante o Projeto Acompanhar (*Shadowing Project*, em inglês), no qual esses jovens visitam escritórios da ONU e têm a oportunidade de observar e aprender sobre o trabalho desenvolvido nesses locais (Genebra, Suíça, abr. 2013)

que surgem da patologia da falta de paz. A partir daí seremos capazes de encontrar caminhos para sair da competitiva corrida armamentista na qual nos encontramos atualmente atolados.

Em setembro deste ano [2019], uma conferência pelo clima acontecerá na sede das Nações Unidas. Será excelente oportunidade para promover em escala global a causa do multilateralismo focado nas pessoas. Clamo fortemente que essa oportunidade seja utilizada para identificar importantes áreas de colaboração a fim de proteger a vida e a dignidade dos nossos contemporâneos que vivem neste planeta, e desenvolver políticas mais efetivas para combater o aquecimento global e estimular a transformação do entendimento com relação à questão da segurança.

Incluir a ampla participação dos jovens

O terceiro e último tema sobre desarmamento que eu gostaria de discutir é a inclusão dos jovens. Na ONU, “juventude” se tornou palavra-chave em vários campos. No centro disso está a estratégia “Juventude 2030” lançada em setembro último, que visa o empoderamento de 1,8 bilhão de jovens do mundo de forma que as gerações mais jovens assumam a liderança para o rápido engajamento aos ODS. Atividades similares podem ser vistas também no campo dos direitos humanos, quando a ONU designou a juventude como o foco da quarta fase do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos. Solicitei tal designa-

ção em minha proposta do ano passado e espero que todos os esforços sejam feitos para assegurar o sucesso dessa quarta fase.

A importância da juventude para o desarmamento é clara, algo que o secretário-geral Guterres reforçou na Agenda para o Desarmamento. O fato de ele escolher a Universidade de Genebra, em vez da sede da ONU ou outro espaço diplomático para lançar a agenda, já diz muito.

Os jovens, como os estudantes presentes nesta sala, são a força mais importante para a mudança em nosso mundo... Espero que vocês usem seu poder e suas conexões para defender um mundo pacífico, livre de armas nucleares, no qual as armas sejam controladas e reguladas, e os recursos direcionados para gerar oportunidade e prosperidade para todos.³⁸

Ele abordou a questão há muito deteriorada das armas nucleares, em paralelo com o risco de conflitos desencadeados pelo desenvolvimento de novas tecnologias, como graves ameaças ao futuro dos seus jovens ouvintes. Apontou os ciberataques como uma fonte de especial preocupação. As ciberarmas podem ser usadas, não só para atingir alvos militares, mas para se infiltrar em infraestruturas essenciais e paralisar sociedades inteiras. Elas carregam em si o risco de impactar alto número de civis e de infligir graves danos.

Esse tipo de disputa armamentista ameaça os processos do dia a dia mesmo quando não há atividades hostis. Mas a questão ultrapassa as ameaças físicas à paz e aos assuntos humanitários: também devemos considerar o impacto na forma de vida das pessoas, em particular o impacto nos jovens. Por conta da complexidade e da escala da disputa armamentista, ela inculca uma resignação generalizada, a sensação de que a realidade está além de nosso poder de mudança. Esse é talvez o impacto mais grave e doloroso.

“Na ONU, ‘juventude’ se tornou palavra-chave em vários campos. [...] A estratégia ‘Juventude 2030’ [...] visa o empoderamento de 1,8 bilhão de jovens do mundo de forma que as gerações mais jovens assumam a liderança para o rápido engajamento aos ODS”

Essa era uma grande preocupação de Weizsäcker e reflete-se em seu apelo para a superação da patologia da falta de paz. Ele antecipou dois tipos de críticas que poderiam ser direcionadas à sua defesa pela paz garantida institucionalmente. O primeiro é a ideia de que já existem condições de paz vigentes, uma paz que é assegurada por armamentos em larga escala. O outro é o argumento de que sempre houve guerra e que isso vai continuar a ocorrer no futuro, pois ela faz parte da natureza humana. Weizsäcker aponta para o paradoxo de que essas duas críticas são por vezes levantadas pela mesma pessoa que, de um lado, afirma que estamos vivendo em paz, mas, do outro, descarta a paz tomando-a como um “desejo piedoso”. Essa contradição muitas vezes não é notada pelo defensor de tais argumentos.

De acordo com Weizsäcker, ao se defrontarem com um problema difícil de encarar, as pessoas reagem psicologicamente suprimindo-o da consciência. Às vezes, essa reação é necessária para manter o equilíbrio mental, mas não pode ser considerada adequada quando é necessário decidir sobre questões de sobrevivência. Ela nos

“Os jovens (...) são a força mais importante para a mudança em nosso mundo”

António Guterres

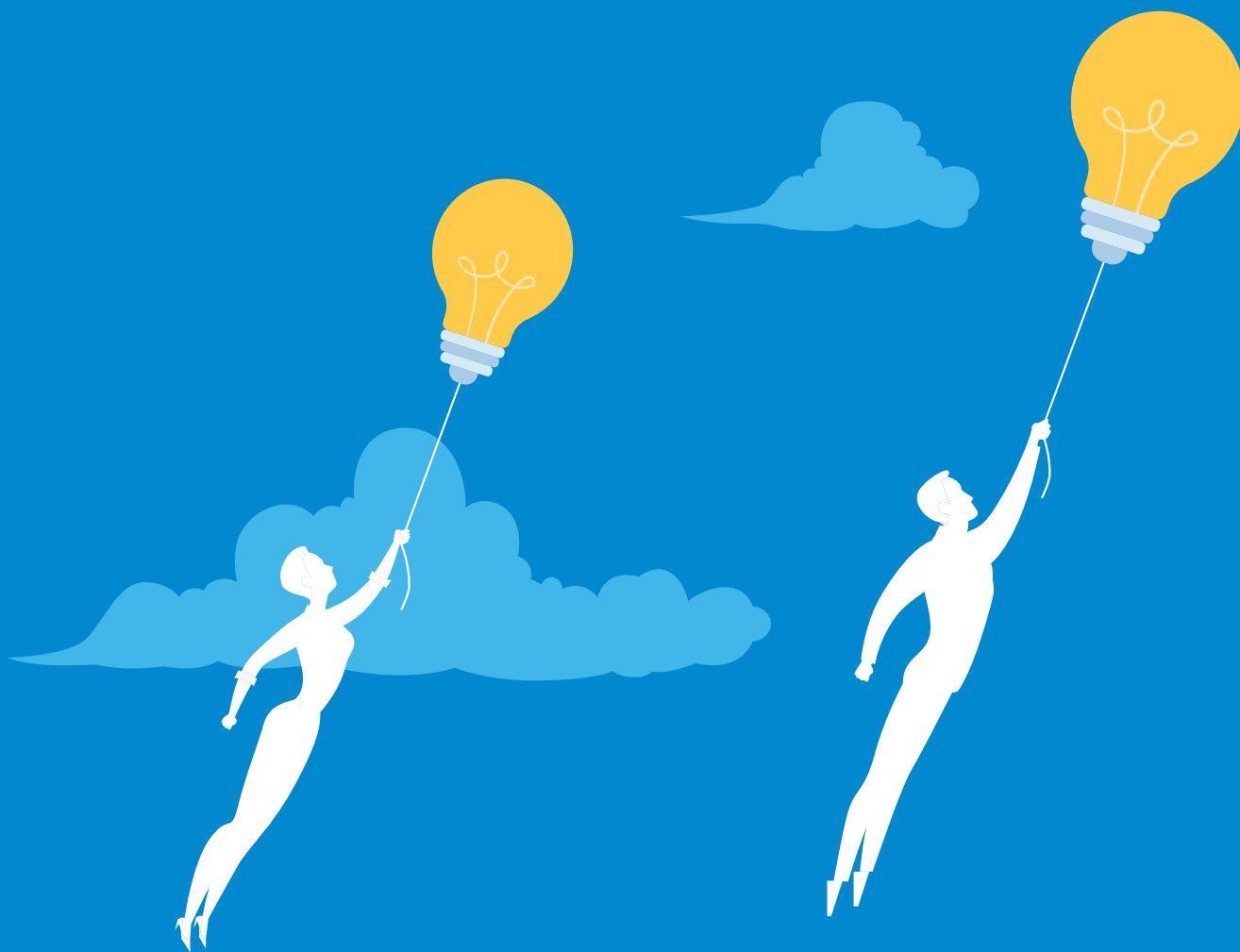


impede de pensar com seriedade sobre o que é preciso para se criar a paz e quais ações devem ser tomadas para alcançar esse fim.³⁹

Metade de um século se passou desde que Weizsäcker fez essa observação, mas até hoje muitos, nos Estados com armas nucleares ou que dependem de energia nuclear, mesmo sem apoiar de forma ativa a política de dissuasão, consideram-na necessária para a manutenção da segurança nacional. Enquanto a hipótese da guerra nuclear não se torna um fato desastroso e catastrófico para a humanidade, parece aceitável aos defensores da manutenção de arsenais nucleares, pensar que tais armas de larga escala e de longo alcance mantêm a paz. Assim se iludem e iludem a muitos quando evitam encarar a ameaça que as armas nucleares representam. Tal resignação ge-

neralizada em relação à questão nuclear produz um efeito nocivo nos fundamentos da sociedade e no futuro dos jovens.

Se as estratégias baseadas na dissuasão nuclear falharem e uma guerra nuclear eclodir, ela resultará em terrível devastação e enorme perda de vidas tanto para amigos como para inimigos. Mas o dano causado pela teoria da dissuasão não se limita a isso: mesmo que as armas nucleares nunca sejam usadas, os seres humanos ainda viverão sob a ameaça absurda e existencial que elas representam. Ao mesmo tempo, a proteção de segredos militares e de defesa continuará prioridade dos governos e permanecerão as justificativas para restringir o direito e a liberdade do cidadão em nome da segurança nacional. Quando o sentimento generalizado de impotência é adicionado a essa mis-



tura, cria-se ambiente social que torna aceitável, para muitos, fazer vistas grossas a abusos aos direitos humanos considerando-os um mal necessário desde que não impactem diretamente em sua vida. Se a negatividade avassaladora que surge da patologia da falta de paz continuar a exercer tal influência, os jovens serão privados da oportunidade de desenvolver uma humanidade saudável e rica.

Em 1260, Nichiren Daishonin (1222-1282), o reformista budista japonês que desenvolveu sua compreensão do budismo baseado no Sutra do Lótus, que expressa a essência dos ensinamentos de Shakyamuni, enviou o tratado *Estabelecer o Ensino Correto para a Pacificação da Terra* à mais alta autoridade política da época. Nesse documento, ele identificou um sentimento difuso de resignação como a causa raiz da desor-

dem que assolava a sociedade. Naquela época, o povo japonês sofria com repetidos desastres e conflitos armados, enquanto muitos permaneciam imersos na apatia e na resignação. A sociedade estava permeada por filosofias pessimistas que garantiam não haver esperança na resolução dos desafios por meio dos esforços de cada um, e muitos passaram a se preocupar apenas em manter a tranquilidade interior. Tais formas de pensar e de agir são completamente contrárias aos ensinamentos que dão vida ao Sutra do Lótus, que nos exorta a manter fé inabalável no potencial inerente de cada pessoa, e a nos dedicar ao pleno desenvolvimento e florescimento desse potencial. E dessa forma, construir uma sociedade na qual todos possam fazer brilhar ao máximo sua dignidade. O tratado de Daishonin exorta



Dr. Pérez Esquivel, à direita, e Dr. Daisaku Ikeda em diálogo no Centro Internacional da Amizade Soka (Tóquio, dez. 1995)

para que se encare com sinceridade o desafio de acender a chama da esperança no coração de pessoas assoladas por repetidos desastres; de realizar uma mudança social para prevenir guerras e conflitos internos. Ele também reforça a necessidade de se arrancar pela raiz a patologia da resignação que se encontra nas camadas mais profundas de nosso organismo social, e que infecta a todos: “Em vez de oferecer dez mil orações para remediar, seria melhor simplesmente banir esse único mal”.⁴⁰ Esse tratado é um apelo para que deixemos a resignação de lado ante aos profundos males sociais, e convoquemos o melhor de nossa capacidade e, juntos, enfrentemos os sérios desafios da nossa época como agentes de uma mudança proativa e contagiante.

Como herdeiros espirituais de Nichiren Daishonin, os membros da Soka Gakkai adotam, desde a época do seu fundador Tsunesaburo Makiguchi e do segundo presidente Josei Toda, a missão de promover na sociedade uma solida-

riedade popular de ações dedicadas a eliminar a miséria da face da terra.

Em sua análise da perspectiva de Shakyamuni sobre a natureza do sofrimento, perspectiva seminal para o pensamento budista, o filósofo Karl Jaspers (1883-1969) declarou que ela não possuía qualquer traço de pessimismo.⁴¹ Em outra parte, Jaspers explorou meios para superar o sentimento de impotência. Ele usou o termo “situação-limite” (*Grenzsituation*, em alemão) para descrever a realidade inevitável que as pessoas enfrentam. Ressaltou que a forma de evitar uma situação-limite em nossa existência presente é fechar os olhos para ela, mas ao fazer isso estaríamos nos fechando para nosso próprio potencial.⁴²

Aqui, gostaria de me concentrar no *insight* de Jaspers, no sentido de que as situações-limite são concretas e particulares a cada um de nós, e elas nos permitem encontrar o caminho para um avanço inovador. Em outras palavras, cada um de nós carrega o fardo da vida com as particularidades do

nascimento e do ambiente em que vivemos, e tais limites servem para estreitar as condições da nossa vida. Quando, no entanto, reconhecemos nossa situação-limite e decidimos superá-la, as limitações das nossas circunstâncias individuais, que ninguém pode assumir por nós, transformam-se na profundidade no qual se insere nosso verdadeiro eu. Jaspers afirma que “nessa situação-limite não há solução objetiva válida para todas as épocas; há apenas soluções históricas para o momento”.⁴³ É aí que encontramos o peso particular de cada ação que praticamos, ação que só nós podemos realizar. O clamor de Jaspers pode ser descrito como a abordagem que me motivou a agir, a partir da Guerra Fria, para abrir o caminho em prol da paz e da coexistência. Em 1974, época das grandes tensões da Guerra Fria, visitei pela primeira vez a China e a União Soviética. Fui alvo de críticas dos que queriam saber por que uma pessoa de fé viajaria para países cuja ideologia oficial rejeitava a religião. Da minha parte, no entanto, foi justamente por eu ser uma pessoa de fé, ansiosa pela concretização da paz, a razão de estabelecer as bases da amizade e do intercâmbio. Isso me fez perceber que não poderia desperdiçar a oportunidade apresentada pelos convites da Associação da Amizade Sino-Japonesa e da Universidade Estatal M. V. Lomonosov de Moscou. Eu não tinha qualquer plano infalível ou método que pudesse garantir o sucesso. Em vez disso, participei com atenção de encontros e diálogos singulares, criando assim oportunidades para intercâmbio cultural e educacional, dando um passo de cada vez.

Depois do fim da Guerra Fria, convencido de que nenhum país ou povo deveria ficar isolado, viajei para Cuba, cujas relações com os Estados Unidos na época passavam por um momento difícil. Fui à Colômbia, que enfrentava um grave problema de terrorismo, e a outros lugares. Recusando-me a ceder ao sentimento de impotência

“Eu não tinha qualquer plano infalível ou método que pudesse garantir o sucesso. Em vez disso, participei com atenção de encontros e diálogos singulares, criando assim oportunidades para intercâmbio cultural e educacional”

ou resignação, convencido de que meu status não governamental de pessoa de fé abriria oportunidades de ação únicas, viajei para cada um desses lugares. Com o mesmo espírito, continuei a elaborar propostas de paz anuais pela paz e desarmamento ao longo dos últimos 35 anos e agi a fim de expandir a solidariedade na sociedade civil.

O objetivo de longa data pela existência de um tratado pela proibição das armas nucleares foi atingido, e quero me dirigir aos jovens do mundo à luz das minhas próprias experiências: cada um de vocês possui plena dignidade e possibilidades ilimitadas; apesar da realidade social mundial parecer grave e imutável, não se deve aceitar ou se resignar a essa realidade, agora ou no futuro.

Em junho do ano passado, o ativista argentino pelos direitos humanos, Adolfo Pérez Esquivel e eu lançamos um apelo conjunto à juventude, embasados em nossa convicção de que, de fato, a construção de outro mundo é possível.

A vida e a dignidade de 10 milhões de pessoas foram violadas pela guerra e pelo conflito armado, pela fome e pela violência social e estrutural. Devemos abrir nossos braços, mente e coração em solidariedade com os mais vulneráveis a fim de corrigir essa difícil situação.⁴⁴



Campanha de assinaturas pela abolição das armas nucleares promovida pelos jovens da SGI (Hiroshima, Japão)

A Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (Ican) oferece um modelo nesse sentido. Ela mobilizou a paixão e a abundante criatividade das gerações mais jovens em apoio à adoção do TPAN, pela qual foi reconhecida com a outorga do Prêmio Nobel da Paz em 2017.

Os esforços da SGI como parceira internacional do Ican desde a sua criação foram, da mesma maneira, impulsionados pelos jovens. Em 2007, a SGI lançou a Década do Povo pela Abolição Nuclear. Os membros do Japão lideraram a iniciativa ao reunir 5,12 milhões de assinaturas clamando por um mundo livre de armas nucleares. Na Itália, nossos jovens membros defenderam a cooperação com a campanha *Senzatomica*, realizando exposições que aumentaram a conscientização das pessoas em mais de setenta cidades ao redor do país. Os associados universitários dos Estados Unidos lançaram o Nosso Novo Fu-

turo Livre [*Our New Clear Future*, em inglês], um movimento para promover o diálogo e a construção de consenso direcionado à abolição das armas nucleares até o ano 2030, cujas atividades se realizaram em campus de universidades por todo o país.

Algumas das atividades citadas acima foram incluídas no relatório enviado no ano passado pela SGI como contribuição para o Estudo de Progresso da Juventude, Paz e Segurança da ONU, ditado pela Resolução nº 2.250 do Conselho de Segurança em 2015. Essa resolução requer do secretário-geral um estudo sobre a “contribuição positiva para processos de paz e resolução de conflitos”⁴⁵ dos jovens e disponibilização dos resultados para o Conselho de Segurança e todos os Estados-membros. As contribuições dos jovens da SGI foram referência no Estudo de Progresso. O relatório enviado pelos jovens da SGI descrevia

ESTADOS DO ANEXO 2

O Anexo 2 do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), aberto para assinatura em setembro de 1996, inclui a lista dos 44 Estados cuja assinatura e ratificação são necessárias para que o tratado entre em vigor. Destes, 36 já assinaram e ratificaram. Cinco Estados do Anexo 2 assinaram, mas até o momento não o ratificaram: China, Egito, Irã, Israel e Estados Unidos, e outros três — Coreia do Norte, Índia e Paquistão — não assinaram, tampouco ratificaram.

a Década do Povo pela Abolição Nuclear e fornece a seguinte análise: “De fato, envolver os jovens parece ter o efeito cascata de atingir aqueles que não estão cientes do problema e de energizar aqueles que já estão engajados.”⁴⁶ Suscitar e fortalecer mutuamente o ímpeto para a transformação a partir do coração das pessoas — é nessa capacidade de ressonância de vida que a essência da juventude é encontrada.

Enquanto estudamos as tarefas que se apresentam à frente — pôr o TPAN em vigor e, além disso, encorajar a participação de Estados que mantêm armas nucleares e os que dependem de energia nuclear, incentivando-os a eliminar as armas nucleares — fica claro que nada é mais indispensável para aumentar e sustentar o interesse público global que o poderoso engajamento dos jovens. Minha firme convicção é que, na vibrante e mútua inspiração em meio aos jovens, encontraremos a chave para realizar o desarmamento por meio das três áreas temáticas que explorei aqui.

Amigos do TPAN

A seguir, gostaria de oferecer cinco propostas com passos concretos para ajudar a resolver problemas urgentes que envolvem a paz e o desarmamento e para avançar de forma significativa nos esforços em prol da realização dos ODS. A primeira se refere à rápida entrada em vigor do TPAN e a expansão do número de países participantes. Desde a sua adoção em julho de 2017, o TPAN foi assinado por setenta Estados, ou mais de um terço dos Estados-membros da ONU; deles, vinte ratificaram-no até agora. Para que o tratado entre em vigor, cinquenta Estados ainda precisam ratificá-lo, e esse processo avança a passos seguros se comparado aos da Convenção sobre Armas Químicas e da Convenção sobre as Armas Biológicas.

Quase 80% dos Estados do mundo, incluindo aqueles que ainda se tornarão Estados parte do TPAN, puseram em prática políticas de segurança conforme as proibições estipuladas pelo tratado. De acordo com o Auxílio das Pessoas da Noruega (*Norwegian People’s Aid*, em inglês), parceiro do Ican, 155 Estados aderiram às proibições de teste, desenvolvimento, produção, manufatura, aquisição, processamento, estocagem, transferência feita ou recebida, uso, ameaça de uso, permissão de qualquer posicionamento, instalação ou implantação de quaisquer armas nucleares e ajudar ou ser ajudado a se envolver em qualquer atividade proibida pelo tratado.⁴⁷

Em outras palavras, a grande maioria dos Estados, incluindo aqueles que não aderiram ao TPAN, até o presente momento, mantêm políticas de segurança que não dependem de armas nucleares, sinalizando a aceitação de suas normas centrais. É vital que o tratado entre em vigor e expanda o escopo de sua ratificação para que essas normas de proibição de armas nucleares tornem-se verdadeiramente universais. Ao mes-

mo tempo, alguns argumentam que o TPAN poderia aprofundar suas divisões com o regime do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a principal estrutura internacional para o desarmamento nuclear. O fato é que os objetivos dos dois tratados são, em última instância, os mesmos e o TPAN de maneira alguma diminui o valor do TNP. Em vez disso, devemos nos concentrar no fato de que o TPAN pode dar novo impulso à obrigatoriedade de conduzir negociações de boa-fé para o desarmamento nuclear estabelecido no artigo 5º do TNP.

Nesta proposta, quero propor a criação de um grupo de Estados com visões semelhantes para aprofundar e ampliar o debate realizado durante o processo que levou à adoção do TPAN, em busca da ampliação da participação no tratado. O grupo poderia ser chamado de “Amigos do TPAN”, à semelhança dos Amigos do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT, em inglês), grupo que trabalha para que o tratado entre em vigor. Desde o seu início com Japão, Austrália e Holanda em 2002, os Amigos do CTBT realizam reuniões ministeriais a cada dois anos. Cerca de setenta países participaram do 9º encontro no ano passado.⁴⁸

Vale ressaltar que os participantes nas reuniões ministeriais incluem os Estados que desenvolvem armas nucleares, os que dependem de energia nuclear e os que são livres de armas nucleares. Há Estados que participam de forma independente de assinar ou ratificar [o tratado]. Muitos governos ratificaram o CTBT depois de comparecerem às reuniões ministeriais. Também houve casos de Estados que participaram de uma reunião ministerial após terem ratificado o tratado e encorajaram outros Estados do Anexo 2 a ratificar.

Mesmo que os Estados Unidos ainda não tenham ratificado, o secretário de Estado John Kerry e o ex-secretário de Defesa William Perry participam das reuniões ministeriais. O ex-

-secretário Perry compartilhou aprendizados cruciais sobre as armas nucleares, incluindo os alarmes falsos de lançamentos de MBI [mísseis balísticos intercontinentais] soviéticos durante a década de 1970. Com base na experiência dos Amigos do CTBT, um grupo similar focado no TPAN poderia servir como fórum para diálogo contínuo que permeie as diferentes instâncias em relação ao tratado.

Clamo para que o Japão se junte e participe urgentemente de tal grupo. Tenho convocado constantemente o Japão, único país a ter sofrido um ataque nuclear em tempos de guerra, a apoiar e ratificar o TPAN. Por ter desempenhado papel vital nos Amigos do CTBT, o Japão deveria cooperar na formação dos Amigos do TPAN e encorajar outros Estados dependentes da energia nuclear a participar do diálogo, bem como trabalhar para superar os desafios que impedem a adesão ao tratado. O TPAN exige que a primeira reunião dos Estados participantes seja convocada dentro de um ano a partir do momento em que entra em vigor. Acredito que os Amigos do TPAN devam ser lançados antes dessa reunião, porque estabelecer com antecedência um local de diálogo aberto a todos os Estados contribuiria de maneira significativa para resolver suas diferenças sobre o tratado. Tendo o Japão declarado seu desejo de servir como ponte entre os Estados com armas nucleares e os sem armas nucleares, faz sentido então que tome a iniciativa na criação de um ambiente para esse diálogo.

Na fase final das negociações sobre o TPAN, o Japão anunciou a criação de um Grupo de Pessoas Eminentes para o Avanço Substantivo do Desarmamento Nuclear [Group of Eminent Persons for Substantive Advancement of Nuclear Disarmament, em inglês]. Esse grupo emitiu recentemente recomendações baseadas nas discussões entre especialistas em Estados que possuem armas nucleares, que dependem de energia nuclear e que não possuem armas nucleares:



Dezenas de *tsuru* (origami de grou) em uma cascata colorida. A cada ano, milhões de *tsuru* são enviados para Hiroshima por crianças ao redor do mundo como parte do movimento global pela paz

O impasse sobre o desarmamento nuclear não é sustentável... A comunidade internacional deve agir com urgência para restringir e, finalmente, resolver suas diferenças... Todas as partes, embora tenham suas diferentes perspectivas, podem trabalhar juntos para reduzir a ameaça nuclear.⁴⁹

O Japão deve apoiar o trabalho dos Amigos do TPAN, comprometendo-se com essa visão oferecida pelo Grupo de Pessoas Eminentes e colaborando com outros países a exemplo da Áustria, que se voluntariou para sediar a primeira reunião. Espero que esse grupo crie ativamente espaços para o diálogo entre os Estados que possuem armas nucleares e os que não possuem armas nucleares, trabalhando em coordenação com organizações que contribuíram para a adoção do TPAN, como o CICV e a Ican. Novas iniciativas surgiram do seio da sociedade civil para apoiar o TPAN. Em novembro passado, a Ican lançou nova campanha, o Apelo às Cidades. Então, cidades dos Esta-

dos Unidos e do Reino Unido, ambos Estados com armas nucleares, e do Canadá, da Austrália e da Espanha, Estados dependentes de energia nuclear, já aderiram ao Apelo. Por meio dessa iniciativa, a Ican pretende expandir a solidariedade entre os governos locais que apoiam o TPAN, e convocar os cidadãos para que se envolvam proativamente nesse sentido. Ao usar as mídias sociais e a *hashtag* #IcanSave, as pessoas podem compartilhar a convicção do direito de viver em um mundo livre da ameaça de armas nucleares. Enquanto isso, a Prefeitos pela Paz, uma rede de 7.701 cidades em 163 países ao redor do mundo, está convocando todos os Estados a aderir ao tratado.⁵⁰

Em minha proposta no ano passado, sugeri a criação de um mapa-múndi mostrando os municípios que apoiam o TPAN. Enfatizei o valor de tornar claramente visível a vontade popular global que se recusa a aceitar os horrores de uma disputa nuclear. Uma forma de mover o mundo na direção da desnuclearização. A SGI lançou uma



Ex-presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, faz seu discurso na Assembleia Geral da ONU (Nova York, Estados Unidos, set. 1961)

segunda Década do Povo pela Abolição Nuclear no ano passado, com base nos trabalhos da primeira Década, concluída em 2017 com a adoção do TPAN. A segunda Década está focada em expandir o apoio global ao tratado e preparar o caminho para um mundo livre de armas nucleares, e assim continuaremos a trabalhar para esse fim com parceiros que pensam da mesma forma.

Um quarto período para sessões extraordinárias da Assembleia Geral

Minha segunda proposta refere-se a medidas para avançar no desarmamento nuclear. O ano de 2020 marcará o cinquentenário da entrada em vigor do TNP, que precedeu o TPAN ao definir o objetivo do desarmamento nuclear total e estabelecer obrigações para a negociação nesse sentido. Hoje, o TNP é considerado um instrumento universal do direito internacional relativo ao desarmamento, com a adesão de 191 Estados. No início das negociações havia a preo-

cupação com a adesão, na hipótese de que fosse mínima, apenas dos Estados que não possuem armas nucleares.

Conscientes do terrível potencial da guerra nuclear na crise dos mísseis cubanos em 1962, os Estados Unidos e a União Soviética propuseram um texto preliminar para um tratado de impedimento da proliferação além dos cinco Estados que possuíam armas nucleares na época. Mas não incluiu prescrições para o desarmamento. No processo de negociação que se seguiu, foi incluído o artigo VI, compromisso dos Estados detentores de armas nucleares de conduzir negociações em boa-fé rumo ao desarmamento nuclear completo para influir na posição dos Estados que não possuem armas nucleares. Assim, foi possível iniciar o regime do TNP por conta da urgência dos Estados com armas nucleares em desestimular a proliferação e da disposição dos Estados sem armas nucleares comprometendo-se com o desarmamento nuclear.

“Enfatizei o valor de tornar claramente visível a vontade popular global que se recusa a aceitar os horrores de uma disputa nuclear”

Meio século depois, mesmo após uma diminuição dos níveis máximos durante a Guerra Fria, ainda existem 14.465 armas nucleares no mundo.⁵¹ Até hoje, todas as reduções de armas nucleares surgiram de acordos bilaterais de desarmamento entre os Estados Unidos e a Rússia, mas nem uma única ogiva nuclear foi eliminada como resultado de um acordo multilateral. E, ao ser analisada do ponto de vista da capacidade e não dos números, a modernização contínua dos sistemas de armas indica tendência ao aumento.

Lembro-me da preocupação expressa por Carl Friedrich von Weizsäcker em conferência proferida em julho de 1967, pouco antes do início das negociações do TNP. Para ele, apesar de todas as inadequações, os acordos de desarmamento nuclear poderiam, quando eficazes, impedir que novas fontes de perigo surgissem e colaborar para que os Estados trabalhassem juntos. No entanto, “eles não desativam os arsenais existentes e, isoladamente, consolidam o *status quo* com todos os seus problemas inerentes não resolvidos”.⁵²

É verdade que o TNP evitou o pior cenário previsto pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy (1917-1963), durante a crise dos mísseis cubanos, o da possibilidade de existir no mundo até 25 Estados com armas nucleares. Do ponto de vista do desarmamento nuclear, no entanto, o TNP certamente tendeu a consolidar o *status quo* e, com ele, todas as questões não resolvidas, exatamente como Weizsäcker havia advertido. Devemos ter em mente o fato de que foi a reafirmação

SEGUNDA DÉCADA DO POVO PELA ABOLIÇÃO NUCLEAR

Lançada em 2018 pela SGI, após a primeira década iniciada em setembro de 2007 ter sido completada, a segunda Década do Povo pela Abolição Nuclear promove o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN) com o objetivo de que entre em vigor o mais rápido possível — sendo ratificado por cinquenta Estados. Trabalhando com vários movimentos internacionais contra o armamento nuclear, a campanha liderada pela SGI centra-se na educação para aumentar a consciência sobre a paz e o desarmamento. A rede mundial da SGI engloba pessoas de diversas origens e oferece um palco onde os jovens, principalmente, podem desempenhar papel essencial rumo ao objetivo de abolir as armas nucleares.

Para mais informações, acesse:
<https://peoplesdecade2.wixsite.com/nuclear-abolition/about>.

dos compromissos de desarmamento do artigo VI que levou à prorrogação indefinida do tratado em 1995, após o fim da Guerra Fria. O documento final da conferência na qual se firmou essa decisão afirma: “Os compromissos com relação ao desarmamento nuclear, conforme estabelecidos no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, devem ser cumpridos com determinação”,⁵³ indicando claramente que a extensão não era incondicional. E, de fato, as quatro Conferências de Revisão que ocorreram entre 2000 e 2015 fo-

“O preâmbulo do TNP enfatiza a necessidade do empenho em todos os esforços para evitar o perigo de uma guerra nuclear e a importância de fortalecer a confiança entre os Estados a fim de ‘facilitar a interrupção da fabricação de armas nucleares’”

ram marcadas por repetidos apelos para o cumprimento dessas obrigações do artigo VI.

Na Conferência de Revisão do TNP de 2020, que marcará o cinquentenário de sua entrada em vigor, os Estados que fazem parte devem observar as circunstâncias e motivações que levaram o tratado a existir e concentrar suas deliberações nos compromissos do artigo VI enquanto buscam resolver o impasse de longa data. Quero destacar a declaração feita pelos países nórdicos no Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão do TNP de 2020, realizada em abril de 2018. Ao observar o atual confronto Estados Unidos-Rússia com o Tratado INF, ele afirma: “Temos de unir forças para manter e fortalecer a relevância do [TNP] e abster-se de qualquer ação que possa prejudicá-lo”.⁵⁴ A declaração também clama aos países a se concentrar no que os une e os encoraja a direcionar suas atenções para as consequências catastróficas que resultariam do uso de armas nucleares, preocupação compartilhada e afirmada na Conferência de Revisão do TNP de 2010. É significativo que, além da Finlândia e da Suécia, entre os signatários encontram-se a Dinamarca, a Noruega e a Islândia, membros dependentes de energia nuclear da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Na Conferência Anual da Otan sobre Armas de Destruição em Massa, Controle de Armas, Desarmamento e Não Proliferação (*annual NATO Conference on Weapons of Mass Destruction, Arms Control, Disarmament and Non-Proliferation*, em inglês) realizada em outubro passado, a Alta Representante da ONU para Assuntos de Desarmamento, Izumi Nakamitsu, propôs a realização de reunião ministerial no início da Conferência de Revisão do TNP 2020, com a adoção de uma declaração política. Apoio totalmente esta proposta, que reafirmaria o que nos une por meio do TNP.

O preâmbulo do TNP enfatiza a necessidade do empenho em todos os esforços para evitar o perigo de uma guerra nuclear e a importância de fortalecer a confiança entre os Estados a fim de “facilitar a interrupção da fabricação de armas nucleares, a liquidação de todos os estoques existentes, e a eliminação dos arsenais nacionais de armas nucleares e os meios de sua entrega”.⁵⁵ Essa reunião ministerial deve afirmar o espírito do preâmbulo do TNP e expressar profunda preocupação com as possíveis consequências catastróficas para a humanidade. Além disso, deve declarar o firme compromisso, no cinquentenário da entrada em vigor do TNP, de adotar medidas efetivas para promover o desarmamento nuclear.

Também gostaria de sugerir que o documento final da Conferência de Revisão do TNP 2020 incluía a recomendação para estabelecer um grupo de trabalho aberto da ONU com o objetivo de discutir medidas concretas na redução do papel das armas nucleares nas doutrinas de segurança, marcando uma mudança clara em direção ao desarmamento nuclear. As armas nucleares não têm sido usadas na guerra desde os atentados de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, e os Estados com armas nucleares, membros da Otan e outros países começaram a reconhecer o declínio de sua utilidade militar. Mesmo



“Que razão pode restar para justificar as doutrinas de segurança dependentes do poder nuclear?”

Daisaku Ikeda



Representantes da SGI de vários países (Japão, jan. 2018)

durante a Guerra Fria, ficou claro que não poderia haver vencedor em uma guerra nuclear. Dada essa consciência crescente de sua inutilidade militar, que razão pode restar para justificar as doutrinas de segurança dependentes do poder nuclear?

Weizsäcker avisou que manter bombas atômicas com o propósito de intimidação, mesmo na esperança de que nunca sejam usadas, era dançar à beira do abismo.⁵⁶ E ainda continuamos assim. Manter as ogivas nucleares em estado de alerta máximo, prontas para serem lançadas a qualquer momento, mesmo na ausência de hostilidade intensa, significa que jamais nos livraremos do medo de uma detonação acidental. A fragilidade essencial e o perigo da dissuasão nuclear nos obrigam a viver em constante vulnerabilidade. É hora de tomar a decisão coletiva de extinguir as labaredas que engolem “a casa em chamas”, fazendo uma referência à imagem da parábola do Sutra do Lótus a que me referi anteriormente. Isso significa eliminar a fragilidade e o perigo na política da dissuasão nuclear e, para esse fim, exorto todos os Estados

com armas nucleares a priorizar as medidas necessárias para reduzir o papel das armas nucleares em suas doutrinas de segurança.

A remoção de ogivas nucleares do estado de alerta máximo é extremamente urgente e pode ser realizada com pouca preparação. Há um precedente: em 1991 o presidente dos Estados Unidos, George H. Bush (1924–2018) e o presidente soviético Mikhail Gorbachev, trabalharam juntos para terminar a Guerra Fria. O presidente Bush ordenou que todos os bombardeiros estratégicos, 450 ICB Ms Minuteman II e dez submarinos nucleares portando SLBMs [mísseis balísticos lançados de submarino] fossem retirados da posição de alerta. Em resposta, o presidente Gorbachev ordenou que cerca de quinhentos mísseis preparados para lançamento do solo e seis submarinos nucleares fossem removidos das forças operacionais. Todo o processo foi efetuado em questão de dias.

Como esse precedente deixa claro, retirar as armas nucleares do estado de alerta máximo pode ser feito de imediato por decisão política da parte

“A fragilidade essencial e o perigo da dissuasão nuclear nos obrigam a viver em constante vulnerabilidade. É hora de tomar a decisão coletiva de extinguir as labaredas que engolem ‘a casa em chamas’”

dos Estados que as detêm. As discussões sobre um processo de remoção em etapas poderiam ser realizadas no grupo de trabalho aberto da ONU para reduzir o papel das armas nucleares com a participação de Estados que as possuem e Estados sem armas nucleares.

Hoje, há menor risco real de um ataque nuclear em comparação com a época da Guerra Fria. A maior preocupação é a ameaça de detonação nuclear por acidente ou como resultado de erro humano. A resolução adotada no mês passado pela Assembleia Geral sobre a diminuição da prontidão operacional dos sistemas de armas nucleares recebeu apoio de 175 países. Seria mais significativo se os Estados detentores de armas nucleares que participassem desse amplo apoio internacional, adotando a ousada medida de remover seus arsenais nucleares do status de alerta máximo. Essa redução do risco nuclear, ou “desarmamento horizontal”, combinado com esforços para reduzir o número de armas em arsenais nucleares, ou “desarmamento vertical”, é um elemento vital no cumprimento dos compromissos do artigo VI.

Gostaria de propor que uma quarta sessão especial da Assembleia Geral dedicada ao desarmamento (SSOD-IV, em inglês) seja realizada em 2021 em continuação da Conferência de Revisão do TNP de 2020. Tal assembleia deveria reconfir-

DECLARAÇÃO DA SGI

A declaração pública da SGI foi enviada por ocasião da Assembleia Geral do Primeiro Comitê da ONU sobre desarmamento e segurança internacional em 17 de outubro de 2018. Ela clama aos governantes do mundo que apoiem a entrada em vigor do Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN) quanto antes; e àqueles governos que ainda não conseguiram apoiar, que encontrem proibições específicas às quais eles sejam capazes de se comprometer. A declaração também enfatiza a importância da educação sobre desarmamento e caracteriza a luta pelo desarmamento como uma “batalha contra todas as formas de injustiça e intolerância”.

Para mais informações, acesse:
<https://www.sgi.org/resources/ngo-resources/peace-disarmament/statements/unga-first-committee-sgi-statement-2018.html>.

mar a obrigação de negociações multilaterais de desarmamento e estabelecer os objetivos básicos de grandes reduções nos arsenais nucleares e impedir sua modernização. Deve também iniciar negociações multilaterais de desarmamento para a Conferência de Revisão do TNP de 2025.

Obter consenso sobre o desarmamento nunca foi fácil. De fato, desde a primeira sessão especial (SSOD-I) realizada em 1978, as negociações foram difíceis com as exigências de muitos Estados. Estes expressaram opiniões sobre o esboço do

acordo, usando parênteses para indicar a linguagem que permaneceu em disputa. Não chegaram ao consenso e nenhuma resolução seria adotada até que as questões em disputa fossem resolvidas. Em seguida, recaiu sobre o ex-chanceler mexicano Alfonso García Robles (1911-1991) a missão de coordenar os vários enfoques e resolver o impasse. Ele conduziu a conferência da seguinte maneira:

Sugiro a todos os representantes que estabelecamos uma espécie de acordo de cavalheiros para que os parágrafos que, após uma longa e árdua negociação, se encontram agora livres de parênteses, não sofram a introdução de quaisquer parênteses adicionais, a menos que haja circunstâncias de significado excepcional que torne isso absolutamente necessário; do contrário, temo que estaremos em situação semelhante à da fiel esposa de Ulisses, na mitologia grega, que passou os dias tecendo e as noites desfazendo o que tecera.⁵⁷

Devido aos esforços de García Robles, que mais tarde receberia o Prêmio Nobel da Paz, os parênteses foram removidos e um documento final foi adotado por unanimidade. Esse documento é considerado fundamental nas deliberações sobre desarmamento. Espero que, nessa quarta sessão especial, todos os Estados sigam esse exemplo tanto com o compromisso sério quanto à disposição de comprometer-se a alcançar um consenso sobre o desarmamento de armas nucleares e outras armas.

Espero também que se ofereçam oportunidades aos membros da sociedade civil para falar nessa sessão. Na primeira sessão especial, delegados de 25 ONGs e seis institutos de pesquisa falaram à Assembleia Geral. Foi a primeira vez que a sociedade civil fez sua voz ser ouvida dessa maneira. Da minha parte, escrevi propostas de desarmamento por ocasião da primeira (1978), segunda (1982) e terceira (1988) sessões espe-

“A SGI trabalhou de forma consistente na promoção da educação para o desarmamento (...), e assim continuaremos a ampliar as vozes da sociedade civil que clama por um mundo livre de armas nucleares”

ciais. Durante a segunda sessão especial, a SGI organizou a exposição *Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo* na sede da ONU em Nova York. Esta exibição, com o retrato dos horrores dos bombardeios atômicos de Hiroshima e de Nagasaki, desempenhou papel importante na adoção da Campanha Mundial pelo Desarmamento pela SSOD-II. A partir de então, a SGI trabalhou de forma consistente na promoção da educação para o desarmamento, com atividades a exemplo da realização de simpósios relacionados a uma quarta sessão especial, e assim continuaremos a ampliar as vozes da sociedade civil que clama por um mundo livre de armas nucleares.

Proibição de armas autônomas letais

Minha terceira proposta é estabelecer um instrumento juridicamente vinculativo que proíba todos os sistemas letais de armas autônomas (LAWS, em inglês), também conhecidos como armas de inteligência artificial (IA) ou robôs assassinos. Embora essas armas ainda não tenham sido consolidadas, estão em desenvolvimento em vários países. Existe crescente preocupação internacional de que, se algum país as mobilizar para uso militar, o impacto seria equivalente ao do advento das armas nucleares, transformando



Memorial da Paz de Hiroshima, no Japão, também conhecido como Cúpula da Bomba Atômica, relembra os horrores causados pelas armas nucleares

radicalmente o ambiente de segurança global. Uma das ameaças representadas pelos LAWS é o combate sem intervenção humana direta, ao diminuir o intervalo da ação militar, por ser contínua e representar dramática violação do direito internacional humanitário.

Também precisamos considerar problemas exclusivos dos LAWS. Como apontado na Agenda de Desarmamento da ONU, várias armas automáticas capazes de funcionar sem a intervenção de um operador foram desenvolvidas e usadas ao longo dos anos — desde as bombas voadoras não tripuladas V-1 da Segunda Guerra Mundial até as minas terrestres, que permanecem enterradas em muitos lugares ao redor do mundo. A agenda expressa preocupação com o fato de que os LAWS representam um nível totalmente diferente de ameaça: a incorporação da IA pode levar os países a realizar “ações imprevistas ou injustificáveis”.⁵⁸

Em 2014, uma reunião informal de especialistas para discutir questões relacionadas à re-

gulamentação dos LAWS foi realizada sob os auspícios da ONU, e se tornou um dos tópicos que discuti com o eminente estudioso da paz Dr. Kevin Clements. Concentrando-me nos perigos das armas robóticas, destaquei a ameaça que elas representam da perspectiva humanitária. Essas armas, ao receber um comando de ataque, prosseguem a matar sem hesitação de forma automática, incólumes a qualquer ponderação de ordem moral. Também reiterarei a necessidade urgente de proibir tais armas e criar estrutura que impeça seu desenvolvimento ou implantação para prevenir a ocorrência de atrocidades.

Referindo-se à campanha internacional para deter robôs assassinos, o Dr. Clements enfatizou a importância de fortalecer a colaboração entre ampla rede de entidades, entre as quais a ONU, diplomatas e membros da sociedade civil.⁵⁹ Em reunião de especialistas em assuntos governamentais em abril do ano passado, a maioria dos representantes de estados participantes con-



Encontro do Dr. Daisaku Ikeda, à esquerda, com Aleksey Kosygin, ex-primeiro ministro da União Soviética, à direita (Rússia, set. 1974)

cordou com a importância de manter o controle humano sobre os sistemas de armas, com 26 Estados pedindo uma proibição total dos LAWS.⁶⁰ Por isso, peço uma conferência para negociar um tratado que proíba os LAWS, convocada logo para responder aos avisos expressos na Agenda de Desarmamento da ONU e às preocupações levantadas em tais reuniões de especialistas.

Em fevereiro passado, o governo japonês anunciou que não tem intenção de desenvolver sistemas de armas totalmente autônomas. Em setembro passado, o Parlamento Europeu adotou uma resolução exigindo que os membros da União Europeia começassem a negociar um instrumento juridicamente vinculativo que proibisse os LAWS. Enquanto isso, dentro da sociedade civil global, os membros da campanha *Parem os Robôs Assassinos (Stop Killer Robots*, em tradução livre) se expandiram para 89 ONGs em 51 países.⁶¹

“Também reiterarei a necessidade urgente de proibir tais armas e criar estrutura que impeça seu desenvolvimento ou implantação”

Da nossa parte, em outubro passado, representantes da SGI participaram do Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU, apresentaram duas declarações públicas: um comunicado conjunto também emitido pela Comunidades da Fé Preocupadas com Armas Nucleares (tradução livre de Faith Communities Concerned about Nuclear Weapons). Endossado por catorze grupos e seguidores de diferentes tradições religio-

sas, incluindo cristãos, muçulmanos, hindus e budistas, a declaração pedia que o TPAN entrasse em vigor e clamava por discussões substanciais em fóruns multilaterais sobre um instrumento juridicamente vinculativo para proibir os LAWS.⁶² A outra declaração pública da SGI destacou as graves ameaças militares colocadas por tais armas e apontando que seu uso “mina os princípios da autonomia humana, da responsabilidade e da dignidade, bem como o direito à vida”.⁶³

Se os LAWS fossem deixados sem regulamentação ou se fossem adotados, a natureza da guerra sofreria radical transformação, e para pior. Sistemas de armas autônomas criam não apenas uma desconexão física — situação na qual aqueles que dirigem ataques e aqueles que são alvejados não estão no mesmo lugar, como no caso de ataques com *drones* —, mas também uma desconexão ética, ao excluir de forma completa quem desfere o ataque, do combate real.

Ao considerar as implicações dessa situação, de certa forma ainda mais preocupante do que as ameaças militares colocadas pelos sistemas de armas robóticas, lembro-me de uma experiência descrita por Richard von Weizsäcker (1920–2015), o primeiro presidente da Alemanha reunificada. Eu me encontrei com o presidente, irmão mais novo do físico Carl Friedrich von Weizsäcker, em junho de 1991, oito meses após a reunificação da Alemanha. Em nossa discussão, falamos sobre os perigos inerentes ao tipo de sociedade fechada que a Alemanha e o Japão vivenciaram durante as décadas de 1930 e 1940.

Em suas memórias, o presidente narrou o seguinte episódio. Ele estivera pela primeira vez na União Soviética como parlamentar da Alemanha Ocidental, em 1973, em visita a um cemitério memorial em Leningrado (atual São Petersburgo) dedicado ao número colossal de russos mortos enquanto a cidade estava sitiada pelo exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Quando

lhe pediram para discursar em um banquete formal naquela noite, o presidente Weizsäcker confessou que de fato ele, então um jovem soldado de infantaria, participara do cerco a Leningrado. A sala ficou em silêncio. Então informou que ele e seus companheiros estavam “totalmente cientes do sofrimento em todas as frentes de combate, especialmente naquela cidade”. E continuou “agora estamos aqui para garantir que gerações futuras jamais voltem a passar por nossas experiências”.⁶⁴ De forma gradual o silêncio deu lugar a um sentimento de calor humano.

Se os sistemas de armas totalmente autônomas fossem usados em um combate real, seria possível a antigos inimigos vivenciar o tipo de encontro que o presidente Weizsäcker descreve? Haveria algum espaço para um profundo remorso sobre as ações de alguém, um senso pungente de impotência diante da guerra ou uma resolução pessoal para dedicar-se à paz em prol das futuras gerações? Também visitei o cemitério memorial em Leningrado em setembro de 1974, um ano depois do presidente Weizsäcker. Ao colocar flores no monumento, ofereci orações sinceras pelo repouso dos falecidos e renovei meu juramento de trabalhar pela paz. Quando me encontrei com o primeiro-ministro soviético Aleksey Kosygin (1904–1980) no último dia de minha estada no país, mencionei minha visita ao cemitério. O primeiro-ministro respondeu que ele estava na cidade na época do cerco e ficou em silêncio como se lembrasse dos horrores da época. Esse momento iniciou uma troca sincera e aberta de opiniões entre nós. Ainda posso lembrar do olhar sério no rosto do primeiro-ministro ao relatar sua convicção de que devemos abandonar a ideia da guerra se quisermos enfrentar os desafios globais pelos quais a humanidade passa atualmente. Minha própria experiência me ajudou a entender quão valiosas e importantes foram as interações entre o presidente Weizsäcker e o povo russo.



Ilustração em 3D de um possível ataque de drone militar

“Sistemas de armas autônomas criam não apenas uma desconexão física (...), mas também uma desconexão ética, ao excluir de forma completa quem desfere o ataque, do combate real”

Em suas memórias, o presidente Weizsäcker descreve vividamente sua experiência de guerra:

Como todos os homens que se enfrentam nas linhas de batalha se preocupam principalmente com sua própria sobrevivência, podemos supor que nossos inimigos não eram tão diferentes de nós mesmos... Lembro-me de uma silenciosa marcha noturna em longas filas em que de repente sentimos, vindo na outra direção, outra marcha igualmente silenciosa. Nós mal chegamos a nos encontrar, e

ainda assim percebemos abruptamente que os outros eram russos. Agora, o ponto crucial para ambos os lados era manter a calma, então sentimos que estávamos um ao lado do outro em silêncio e ilesos. Nós deveríamos matar uns aos outros, mas teríamos preferido nos abraçar.⁶⁵

Em um mundo de armas controladas por sistemas autônomos há alguma chance de “manter a calma” diante dos sentimentos complicados que cruzam as linhas de amigos e inimigos, sentindo o peso da humanidade nos atropelando, e conseguir deter assim, mesmo que por um momento, a decisão de atacar? Certamente é importante discutir as restrições dos LAWS à luz dos imperativos do direito internacional humanitário, princípios como a proteção de civis em tempos de conflito e a proibição do uso de armas que causam sofrimento desnecessário aos combatentes, bem como a obrigação de determinar se o emprego de uma nova arma violaria qualquer lei internacional existente. Mas, além de tudo, não devemos negligenciar a desconexão ética inerente aos LAWS, que contrasta de maneira tão nítida com o tipo de con-

xão humana descrita pelo presidente Weizsäcker em suas lembranças. Embora de natureza diferente das armas nucleares, qualquer uso de armas robóticas totalmente autônomas teria consequências irreversíveis tanto para o país que as utiliza quanto para o país contra o qual são usadas.

Por isso, recomendo vivamente a todas as partes — Estados que já pedem a proibição dos LAWS, países como o Japão que declararam sua intenção de não desenvolver tais armas e as ONGs comprometidas com a campanha *Parem os Robôs Assassinos* (*Stop Killer Robots*, em inglês) — que se unam para trabalhar pela adoção de instrumento juridicamente vinculativo que proíba de forma abrangente o desenvolvimento e uso desses sistemas.

Fortalecimento das iniciativas da ONU sobre a gestão de recursos hídricos

Em seguida, como minha quarta proposta, quero oferecer algumas reflexões e perspectivas sobre os ODS da ONU relacionados à água. Mais especificamente, gostaria de fazer uma série de propostas sobre a gestão dos recursos hídricos. Os ODS apelam para alcançar “acesso universal e equitativo à água potável segura para todos”.⁶⁶ Estima-se que cerca de 2,1 bilhões de pessoas não têm acesso à água limpa e segura⁶⁷ e que cerca de 40% das pessoas em todo o mundo são afetadas pela escassez de água.⁶⁸ Mesmo que a demanda por água continue a aumentar devido a fatores como crescimento populacional, desenvolvimento econômico e mudança nos padrões de consumo, a qualidade da água se deteriora como resultado da introdução de esgotos não tratados nos rios da Ásia, África e América Latina. Além disso, o ciclo da água está sendo interrompido pela mudança climática, com regiões secas tornando-se cada vez mais áridas e regiões úmidas passando a ter ainda mais chuva.⁶⁹

Em resposta a essa crise, a Assembleia Geral da ONU lançou a Década de Ação pela Água (*Water Action Decade*, em inglês — a Década Internacional para Ação, Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018–2028) em março do ano passado. No lançamento na sede da ONU, o vice-presidente da Assembleia Geral, Mahmoud Saikal, assinalou os impactos desiguais da escassez de água:

Ninguém, trabalhando neste prédio, ficará com sede. Nenhum de nós se perguntará se nosso próximo gole d’água nos deixará doentes. Nenhum de nós arriscará a dignidade, ou a segurança, para satisfazer nossas necessidades humanas básicas. Essa é, simplesmente, a nossa realidade. Mas, para muitas pessoas ao redor do mundo, a história é outra.⁷⁰

Mais de 600 milhões de pessoas em todo o mundo estão retirando água de poços desprotegidos e de águas superficiais não tratadas, como lagos, lagoas, rios e córregos, porque não têm acesso a fontes seguras de água em seu ambiente imediato.⁷¹ Um grande número de mulheres e crianças é obrigado a percorrer longas distâncias para coletar água, muitas vezes a suportar longas horas carregando cargas pesadas. Muitas pessoas desenvolvem doenças resultantes do consumo de água sem tratamento, levando à morte de um grande número de crianças a cada ano. A esse respeito, o acesso à água segura vai além de questões como pobreza e disparidade de renda. Garantir que todas as pessoas possam viver com dignidade — sem temer por sua saúde ou ter de buscar a própria água — é ação firme no estabelecimento dos direitos humanos básicos. Muitas vezes, os que vivem em países desenvolvidos só percebem quanto dispõem de água potável limpa e segura em tempos de desastre natural.

O direito ao acesso a água limpa e segura foi estipulado em tratados internacionais como a

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Então, em 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o “direito à água potável e segura e ao saneamento como um direito humano que é essencial para o pleno desfrute da vida e de todos os direitos humanos”,⁷² e este direito também foi reforçado por resoluções adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Diante do exposto, gostaria de sugerir a criação do cargo de representante especial para recursos hídricos dentro da ONU a fim de coordenar os esforços globais para garantir acesso à água potável, objetivo fundamental dos ODS e a base para proteger a vida, a subsistência e a dignidade de todos.

Embora não exista nenhuma entidade das Nações Unidas dedicada exclusivamente a questões hídricas, atualmente há mais de trinta organizações internacionais envolvidas em programas de água e saneamento sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Água (*UN-Water*, em inglês). Um representante especial para recursos hídricos nomeado pelo secretário-geral trabalharia em conjunto com as agências coordenadas pela ONU-Água para incentivar os Estados-membros a construir parcerias para a transferência de tecnologia, compartilhando as melhores práticas.

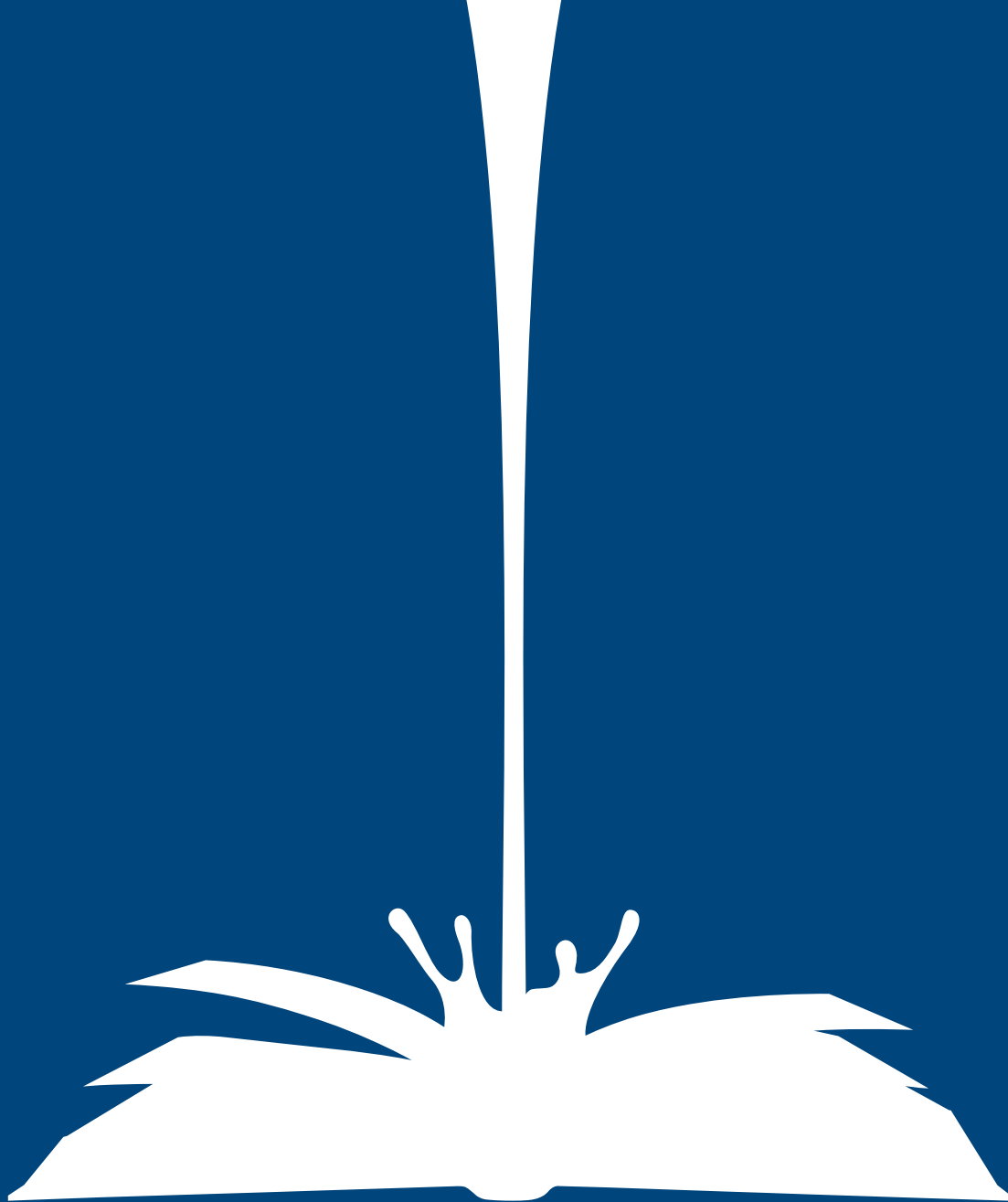
Uma estratégia adequada para atingir esse objetivo seria o representante especial dos recursos hídricos promover reuniões regulares da ONU sobre a Década de Ação pela Água (*Water Action Decade*, em inglês). O Painel de Alto Nível sobre a Água, convocado pela ONU e pelo Grupo do Banco Mundial, incluindo onze chefes de Estado e de governo, recomendou que esse tipo de conferência fosse realizado anual ou bienalmente.⁷³ Acredito ser essencial que uma abordagem fundamentada no multilateralismo centrado nas pessoas, que expus anteriormente, seja aplicada a questões re-

“O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que ‘a água provou historicamente ser um catalisador para a cooperação e não para o conflito’”

lacionadas à água por meio da realização de tais reuniões regulares, por exemplo.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que “a água provou historicamente ser um catalisador para a cooperação e não para o conflito.”⁷⁴ Na ocasião, referia-se à sua experiência como primeiro-ministro de Portugal, quando chegou ao acordo com a Espanha sobre uma convenção de recursos hídricos, e a outros exemplos de cooperação hídrica como os que existem entre a Índia e o Paquistão e a Bolívia e o Peru. Estima-se que existam 286 bacias fluviais e lacustres e 592 aquíferos transfronteiriços,⁷⁵ e aproximadamente um terço dos primeiros são cobertos por estruturas de gestão cooperativa entre os Estados envolvidos.⁷⁶ Acordos internacionais similares sobre a água poderiam ser negociados nas áreas restantes com o apoio de um representante especial para recursos hídricos e das agências coordenadas pela ONU-Água para assegurar o fornecimento sustentável e melhoria da qualidade da água em bacias fluviais e lacustres.

Tendo em vista a crescente preocupação sobre a adequação futura dos suprimentos de água potável em todo o mundo, exorto o Japão e outras nações com abundante know-how e tecnologias avançadas em relação à reutilização e dessalinização da água a contribuírem de forma proativa para as soluções. O Japão tem apoiado os es-



“Quando lhes é fornecido acesso à água potável, mais mulheres podem dedicar seu tempo a outras formas de trabalho e mais meninas podem frequentar a escola”

Daisaku Ikeda



Autumn Peltier, ativista indígena de 13 anos da tribo Anishinaabe do Canadá, se pronuncia no evento de lançamento da Década Internacional para Ação intitulada "Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028" (Nova York, Estados Unidos, mar. 2018)

forços internacionais para lidar com problemas relacionados à água e ao saneamento, tanto em termos de infraestrutura física quanto intelectual, construindo instalações e treinando técnicos, e estabeleceu-se como um parceiro-chave para diversos países.

Além disso, há muitos anos o Japão vem realizando intercâmbios de tecnologia e informação sobre recursos hídricos com a Coreia do Sul desde 1978 e com a China, desde 1985. No ano passado, os três países realizaram a Terceira Reunião Ministerial sobre Recursos Hídricos, na qual cada um compartilhou suas melhores práticas e reafirmou o compromisso de promover mais intercâmbios e cooperação para alcançar os ODS relacionados à água. Gostaria de ver o Japão aplicar sua experiência à resolução de problemas relacionados à água no nordeste da Ásia e ao fortalecimento da confiança regional. Além disso, espero que

a China, o Japão e a Coreia trabalhem juntos para oferecer apoio aos países do Oriente Médio e da África, onde há uma crescente demanda pela reutilização e dessalinização de água.

A 7ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (Ticad VII, em inglês) está programada para acontecer em Yokohama em agosto. Na Ticad V, em 2013, o governo japonês anunciou que continuaria a fornecer apoio para garantir água potável a aproximadamente 10 milhões de pessoas, além de treinar 1.750 engenheiros.⁷⁷ Na conferência deste ano, espero que o Japão acompanhe e fortaleça seu compromisso com essas iniciativas e também elabore um plano abrangente para projetos de reutilização e dessalinização de água em países da África.

Embora o Japão seja um país afortunado com abundantes recursos hídricos, também está al-

tamente exposto a desastres naturais, ocupando o quinto lugar entre os países mais expostos no mundo, de acordo com o Relatório de Riscos Globais 2018 (*World Risk Report 2018*, em inglês).⁷⁸ A necessidade de água potável é sentida mais intensamente no mundo com a eclosão de catástrofes naturais, e isso por si só deveria motivar o Japão a exercer uma liderança multilateral centrada nas pessoas e ajudar as nações que atualmente lutam para melhorar o acesso de seus cidadãos à água potável.

Como membro da sociedade civil, a SGI apoiará a Década de Ação pela Água, realizando uma exposição focada no dia a dia e nas lutas das mulheres impactadas por questões relacionadas à água. Estima-se que mulheres e meninas em países de baixa renda gastem aproximadamente 40 bilhões de horas de coleta de água todos os anos.⁷⁹ Essas mulheres e crianças são frequentemente expostas à violência ao longo da árdua jornada diária para coletar água, e sua saúde é prejudicada pela carga pesada. Quando lhes é fornecido acesso à água potável, mais mulheres podem dedicar seu tempo a outras formas de trabalho e mais meninas podem frequentar a escola, levando-as à emancipação. Com essa exposição, a SGI procurará lançar luz sobre as condições de tais mulheres e meninas e seus esforços para superar várias questões relacionadas à água.

A ONU Mulheres, uma organização dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, descreveu essas experiências. Uma delas é a de uma mulher que vive no Tajiquistão e sua luta para levar água limpa para sua aldeia. Depois de ficar viúva, ela passou a criar cinco filhos sozinha, cada dia tendo de caminhar por muitas horas para coletar água do rio. Há muito tempo privados de água potável, seus colegas da aldeia tinham pouquíssima esperança de que a situação pudesse mudar, mas ela e outras mu-

“Nada representa mais progresso em direção à realização dos ODS do que o sorriso de esperança e alegria no rosto dessas mulheres”

lheres formaram um grupo para resolver o problema com as próprias mãos. Com o apoio de várias ONGs e com a ajuda de seus companheiros de aldeia, elas conseguiram montar 14 quilômetros de tubulações e levar água potável para a aldeia, fornecendo-a a mais de 3 mil pessoas. Ao relatar suas conquistas, ela diz: “Esta foi uma pequena vitória para nós. Queremos fazer mais para melhorar nossa vida. Temos planos de criar uma minifazenda e construir pequenas estufas. Estamos confiantes de que teremos sucesso”.⁸⁰ Nada representa mais progresso em direção à realização dos ODS do que o sorriso de esperança e alegria no rosto dessas mulheres.

No lançamento da Década de Ação pela Água na sede da ONU, Autumn Peltier, de 13 anos, falou como representante da sociedade civil. “Todos nós temos direito à água quando precisamos dela, não apenas as pessoas ricas, mas todas as pessoas”⁸¹ afirmou a ativista indígena do Canadá para os que a ouviam. “Nenhuma criança deve crescer sem saber o que é água limpa ou saber o que é água corrente.”⁸² Ao final ela fez este apelo: “Agora é a hora de ir à luta e capacitar uns aos outros para defender nosso planeta”.⁸³ Com essa exposição, a SGI buscará inspirar uma ação maior dentro da sociedade civil sobre a questão do acesso à água segura, a fim de proteger a humanidade e o planeta.

Universidades: polos centrais para a promoção dos ODS

Minha quinta e última proposta é fortalecer o ímpeto de tornar as universidades do mundo polos de realização dos ODS. Lançado em 2010, o Impacto Acadêmico das Nações Unidas (Unai, em inglês), uma iniciativa que alinha instituições de ensino superior com a ONU no apoio e contribuição para a realização de sua agenda global, que atualmente conecta mais de 1.300 instituições em aproximadamente 140 países.⁸³ Em outubro do ano passado, a Unai anunciou que havia designado dezessete universidades como SDG Hubs (Polos dos ODS, em português) para servir de referência de engajamento inovador relacionado a cada um dos 17 ODS.

Um deles, a Universidade de Pretória na África do Sul, foi escolhido como o centro do objetivo 2: Fome Zero. Dentro da universidade, existem centros de pesquisa dedicados a combater a crise alimentar e melhorar a nutrição. Além disso, colabora com instituições em todo o continente e em todo o mundo e patrocina conferências sobre segurança alimentar internacional há vários anos. Também priorizou a integração dos ODS em seus currículos em todos os programas.

A Universidade Ahfad para Mulheres no Sudão foi escolhida como o centro do objetivo 5: Igualdade de Gênero. Com o objetivo de dotar as mulheres com as habilidades necessárias para contribuir ativamente com suas comunidades e países, a universidade oferece quatro programas de mestrado em áreas relacionadas a questões de gênero, incluindo estudos sobre gênero e desenvolvimento, e sobre gênero e paz.

A Universidade De Montfort, no Reino Unido, foi designada como o centro do objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes. Como líder na campanha da ONU para promover o bem-estar dos refugiados e migrantes, facilitando sua coexistên-

“O potencial que reside nas universidades é realmente ilimitado. As universidades podem servir como refúgios de esperança e segurança na sociedade e fazer contribuições cruciais para o bem-estar da humanidade como um todo”

cia com as populações locais, está empenhada em fornecer oportunidades educacionais para os jovens refugiados. Defendendo a dignidade dos migrantes e refugiados, a universidade também está promovendo um projeto de história oral para registrar histórias de refugiados a serem compartilhadas com o público.

Entre as universidades japonesas, a Universidade de Tecnologia de Nagaoka foi escolhida como o centro do objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura. Durante o seu mandato de três anos como SDG Hubs, as dezessete universidades assumirão a liderança em esforços direcionados à realização dos ODS em suas respectivas áreas de compromisso.

Nas palavras de Ramu Damodaran, chefe da Unai, “A bolsa de estudos faz o bem. Alunos entregam materiais. Em nenhum lugar essa combinação funcionou de forma mais eficaz, ou dramática, do que no engajamento das universidades com os ODS”.⁸⁴ Só posso concordar, o potencial que reside nas universidades é realmente ilimitado. As universidades podem servir como refúgios de esperança e segurança na sociedade e fazer contribuições cruciais para o bem-estar da humanidade como um todo. Com base nessa crença, gostaria de solicitar a expansão da rede



Estudantes da Índia na sala de aula

de universidades comprometidas com o apoio aos ODS, com base no trabalho dessas dezesse- te universidades centrais.

Selecionar os ODS que são o foco particular de seus esforços e trabalhar ativamente para sua realização é uma forma de atingir esse objetivo, que pode ser aplicada em universidades em todo o mundo, começando com os membros da Unai. Com o propósito de promover a cooperação entre instituições que trabalham com os mesmos objetivos e ampliar a solidariedade entre estudantes de todo o mundo, quero sugerir a realização de uma conferência mundial de universidades em apoio aos ODS no próximo ano, o 75º aniversário de fundação da ONU.

A estratégia da ONU para a Juventude 2030 apela às entidades das Nações Unidas para que ampliem e reforcem as vozes dos jovens nas principais conferências, como os eventos do 75º aniversário, e estabeleçam um envolvimento regular

entre os jovens e o secretário-geral. Nesse contexto, uma conferência mundial de universidades em apoio aos ODS reuniria educadores e estudantes de todo o mundo, acelerando o ímpeto em direção à sua realização. Também poderia proporcionar a oportunidade de um fórum de diálogo com o secretário-geral.

Na condição de fundador da Universidade Soka, trabalhei para promover intercâmbios acadêmicos e conduzi diálogos sobre a missão social das universidades com os líderes das instituições acadêmicas de todo o mundo. A Universidade Soka tem longa história de laços com a Universidade de Buenos Aires, um dos 17 SDG Hubs. Durante minhas conversas de longa data com o reitor da universidade Oscar J. Shuberoff (1944-2010), compartilhei a crença de que dos intercâmbios entre universidades originariam sabedoria e valores novos. O processo de diálogo e o cultivo da compreensão mútua nunca deixam



Crianças felizes interagem umas com as outras independentemente da etnia ou origem

de renovar a energia e abrir caminhos em direção a um futuro melhor para o planeta. Ele concordou e comentou que as universidades do mundo enfrentam desafios comuns e precisam trabalhar juntas para encontrar soluções. Fiquei comovido com a sua convicção de que é dever dos educadores alcançar os mais necessitados.

Como membro da Unai, a Universidade Soka está envolvida em atividades com um foco particular em cinco dos dez princípios básicos da iniciativa: incentivar a cidadania global; promover a paz e a resolução de conflitos; abordar as questões geradas pela pobreza; promover a sustentabilidade; e impulsionar o diálogo e a compreensão intercultural e o “desaprender” da intolerância.⁸⁵

A Universidade Soka se uniu ao Programa de Educação Superior de Refugiados do Acnur quando os ODS foram lançados em 2016 e aceitou solicitantes de asilo como estudantes sob esse acordo. Também possui acordos de intercâmbio em andamento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Em ter-

mos curriculares, a Universidade Soka lançou no ano passado cursos sobre educação para cidadania global com foco em campos relacionados aos ODS como paz, meio ambiente, desenvolvimento e direitos humanos. Além disso, participa ativamente de várias iniciativas de pesquisa relacionadas aos ODS, incluindo a de construir sociedades embasadas na sustentabilidade regenerativa.

A Universidade Soka da América (SUA, em inglês) também alocou recursos em programas focados nos desafios globais. Parte do seu currículo oferece o Centro de Aprendizagem (*Learning Cluster*, em inglês), um seminário intensivo de pesquisa onde os alunos formam equipes e exploram temas específicos de sua própria escolha, sempre com um componente de aprendizagem de campo. A universidade oferece aos alunos oportunidades específicas de aprendizado, incluindo os tours de estudo da ONU. Desde 2014, a SUA também organiza uma conferência anual sobre a construção de uma cultura de paz e não violência, em consideração ao Dia Internacional da Não Violência.

Na minha proposta de 2006 sobre a reforma das Nações Unidas, apelei às universidades e às instituições de ensino superior do mundo para que apoiassem ativamente o trabalho das Nações Unidas como parte integrante da sua missão social. Descrevi um cenário futuro no qual estudantes e universidades se conectariam para formar uma rede de apoio à ONU que acabaria conectando o mundo inteiro. De fato, essa rede se desenvolveu por 1.300 universidades participantes da Unai. O recente lançamento do SDG Hubs oferece uma oportunidade perfeita para convidar mais universidades para essa rede, permitindo que os participantes compartilhem experiências e acumulem aprendizados enquanto coordenam suas atividades para construir uma sociedade global na qual ninguém seja deixado para trás.

A SGI continuará promovendo a concretização dos ODS por meio da educação para a cidadania global, uma de nossas principais iniciativas em apoio à ONU. Organizamos exposições que abordam várias questões globais, muitas das quais foram apresentadas por universidades de todo o mundo, incluindo a Universidade de Bergen, na Noruega, um centro Unai SDG. Sempre foi minha convicção que as universidades são locais ideais para reunir o conhecimento a fim de criar soluções e encontrar novas abordagens para os problemas. Os jovens, estudantes em particular, são os principais agentes que podem desencadear o tipo de energia transformadora que nosso mundo requer.

Em junho passado, quando o apelo conjunto aos jovens que escrevi com o Dr. Pérez Esquivel foi lançado em uma conferência de imprensa em Roma, o texto foi entregue a dois representantes de estudantes. Uma reunião para discutir o apelo realizou-se no dia seguinte no bairro estudantil da cidade. O chamamento enfatiza a importância do empoderamento dos jovens por meio da edu-

cação para a cidadania global e propõe as três áreas de enfoque a seguir para tais esforços:

1. Promover uma consciência comum do sentido universal da história, a fim de evitar a repetição de tragédias.
2. Promover a compreensão de que a Terra é o nosso lar comum, onde ninguém deve ser excluído com base na diferença.
3. Promover a orientação humana da política e da economia, cultivando a sabedoria necessária para alcançar um futuro sustentável.⁸⁶

Com base nesses três compromissos, a SGI está determinada a reforçar sua colaboração com instituições acadêmicas em todo o mundo e a promoção consistente da educação para a cidadania global por meio de atividades, como a realização de exposições para aumentar a conscientização sobre os ODS.

A reunião de estudantes em Roma aconteceu no dia 6 de junho, aniversário de nascimento do presidente fundador da Soka Gakkai, Tsunesaburo Makiguchi. Sua filosofia educacional fornece a inspiração para as atividades da Soka Gakkai e da SGI. Um aspecto central do seu pensamento é expresso na seguinte declaração:

Esforços educacionais construídos a partir de uma compreensão clara e com um senso definido de propósito têm o poder de superar as contradições e dúvidas que afligem a humanidade e trazer uma vitória duradoura para a humanidade.⁸⁷

Com base nessa confiança inabalável no potencial ilimitado da educação e em nosso compromisso com o empoderamento dos jovens, a SGI se esforçará para construir uma sociedade global sustentável e pacífica, onde todos possam usufruir da dignidade inerente que caracteriza todo ser humano.

Notas

1. Veja OMM. Declaração da OMM sobre o Clima.
2. Veja ACNUR. Tendências Globais, p. 2.
3. Veja GUTERRES. Assegurando Nosso Futuro Comum, p. 4.
4. *Ibidem*, p. ix.
5. GUTERRES. Remarks at the University of Geneva [Considerações na Universidade de Genebra].
6. GUTERRES. Assegurando Nosso Futuro Comum, p. vii.
7. (tradução de) WEIZSÄCKER. *Bedingungen der Freiheit* [Condições para a Paz], p. 10.
8. WEIZSÄCKER. *Major Texts on Politics and Peace Research* [Principais Textos sobre Política e Pesquisa Sobre a Paz], p. 112.
9. WEIZSÄCKER. *Pioneer of Physics* [Pioneiros da Física], p. 76.
10. (tradução de) WEIZSÄCKER. *Der ungesicherte Friede* [A Paz Insegura], p. 46.
11. *Ibidem*, 49.
12. *Ibidem*, 47.
13. *Ibidem*, 36.
14. *Ibidem*, 51.
15. UNIVERSIDADE DE GOTINGA. The Manifesto. [O Manifesto]
16. *Ibidem*.
17. TODA. Declaração.
18. Veja IKEDA. *Kataku* [Chamas].
19. Veja GUTERRES. Assegurando Nosso Futuro Comum, p. x-xi.
20. Veja ÑÑAMOLI. *Os Discursos de Extensão Média*, p. 710-712, 714.
21. CICR. Resoluções da Conferência Diplomática.
22. PICTET. *Desenvolvimento e Princípios*, p. 1.
23. A partir de 1º de janeiro de 2019, renomeado Departamento de Comunicação Global.
24. Veja IFRC. Relatório de Desastres Mundiais, p. 168.
25. Veja FAO et al. O Estado da Segurança Alimentar, p. v.
26. VAN GINKEL. Knowing Risk [Entendendo o Risco], p. 5.
27. VAN GINKEL. Enhancement of Human Dignity [Elevar a Dignidade Humana], p. 36.
28. Veja ACNUR. Global Focus: Uganda [Foco Global: Uganda].
29. Veja ACNUR. Saplings Take Root [Mudas criam raízes].
30. MAATHAI, *Unbowed* [Inabalável], p. 293.
31. Veja ACNUR. Tendências Globais, p. 13.
32. Veja WOODWARD (trad.). *The Book of the Gradual Sayings* [O Livro dos Provérbios Graduais], p. 128.
33. (tradução de) NAKAMURA. *Gotama Buddha* [Buda Gautama], v. 1, p. 156.
34. Veja SHIH (trad.). *The Sutra on Upāsaka Precepts* [Sutra sobre os Preceitos Upasaka], p. 133-134.
35. ONU. People-centered multilateralism [Multilateralismo Focado nas Pessoas].
36. Veja PNUMA. World Overwhelmingly Commits [O Mundo se Compromete Fortemente].
37. (tradução de) MAKIGUCHI. *Makiguchi Tsunesaburo Zenshu* [Obras Completas de Tsunesaburo Makiguchi], v. 2, p. 399.
38. GUTERRES. Remarks at the University of Geneva [Considerações na Universidade de Genebra].
39. (tradução de) WEIZSÄCKER. *Der ungesicherte Friede* [A Paz Insegura], p. 34-35.
40. NICHIREN DAISHONIN. CEND, v. 1, p. 15.
41. Veja JASPERS. *Socrates, Buddha, Confucius, Jesus* [Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus], p. 28.
42. Veja JASPERS. *Philosophy* [Filosofia], p. 179.
43. *Ibidem*, p. 211.
44. IKEDA e ESQUIVEL. To the Youth of the World [Aos Jovens do Mundo].
45. CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2250.
46. SGI. The Role of Youth in Nuclear Disarmament [O Papel dos Jovens no Desarmamento Nuclear], p. 17.
47. Veja NORWEGIAN PEOPLE'S AID. Nuclear Weapons Ban Monitor 2018 [Controle de 2018 sobre o Banimento das Armas Nucleares], p. 6.
48. Veja MRE JAPÃO. Ninth Ministerial Meeting [9º Encontro Ministerial].
49. Veja MRE JAPÃO. Building Bridges to Effective Nuclear Disarmament [Construir Pontes para o Desarmamento Nuclear Efetivo], p. 1.
50. Veja MAYORS FOR PEACE [Prefeitos pela Paz]. Member Cities [Cidades-Membro].
51. Veja SIPRI [Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz em Estocolmo]. Modernization of Nuclear Weapons Continues [A Modernização das Armas Nucleares Continua].
52. WEIZSÄCKER. *Major Texts on Politics and Peace Research* [Principais Textos sobre Política e Pesquisa sobre a Paz], p. 59.
53. ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSUNTOS DE DESARMAMENTO. 1995 Review and Extension Conference [Revisão e Extensão da Conferência de 1995], p. 9.
54. EMBAIXADA DA SUÉCIA. Preparatory Committee for the 2020 NPT Review Conference [Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão do TNP em 2020].
55. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons [Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares], p. 5.
56. WEIZSÄCKER. *Major Texts on Politics and Peace Research* [Principais Textos sobre Política e Pesquisa sobre a Paz], p. 60-61.
57. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Verbatim Record of the 14th Meeting [Relato Integral da 14ª Reunião], p. 39-40.
58. GUTERRES. Assegurando nosso futuro comum, p. 55.
59. IKEDA e CLEMENTS. *Toward a Century of Peace* [Rumo ao Século da Paz], p. 141.
60. Veja ANISTIA INTERNACIONAL. UN: Decisive Action Needed [ONU: Necessita-se Ação Decisiva].
61. Veja CAMPANHA PARA PARAR ROBÔS ASSASSINOS. Membership [Inscrição].
62. FAITH COMMUNITIES CONCERNED ABOUT NUCLEAR WEAPONS [Comunidades de Fé Preocupadas com as Armas Nucleares]. Public Statement [Declaração Pública].
63. SGI. Statement to 2018 UN General Assembly [Declaração à Assembleia Geral da ONU de 2018].
64. WEIZSÄCKER. *From Weimar to the Wall* [De Weimar ao Muro], p. 190-191.
65. *Ibidem*, p. 65.
66. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. Transformando Nosso Mundo, p. 18.
67. Veja OMS e UNICEF. Progress on Drinking Water [Progresso sobre Água Potável], p. 24.
68. Veja OMS. 10 Facts on Climate Change and Health [10 Fatos sobre Mudança Climática e Saúde].
69. Veja UNESCO. Nature-Based Solutions for Water [Soluções Naturais para Problemas Hídricos], p. 3.
70. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EUROPEUS DA REPÚBLICA ESLOVACA. Statement Delivered by H.E. Mr. Mahmoud Saikal [Declaração feita por V. E. Sr. Mahmoud Saikal].
71. Veja OMS. Drinking-water [Água Potável].
72. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. The Human Right to Water and Sanitation [Direito Humano à Água e ao Saneamento], p. 2.
73. Veja HIGH-LEVEL PANEL ON WATER [Painel de Alto Nível sobre Água]. Making Every Drop Count [Faça Cada Gota Contar], p. 31.
74. GUTERRES. Remarks at Launch of International Decade for Action [Considerações sobre o Lançamento da Década Internacional para Ação].
75. Veja ONU. The Sustainable Development Goals Report 2018 [Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2018], p. 20.
76. Veja ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ÁGUA. Transboundary Waters [Águas Transfronteiriças], p. 2.
77. Veja MRE JAPÃO. Japan's Official Development Assistance White Paper 2013 [Livro Branco sobre Ajuda ao Desenvolvimento Oficial do Japão], p. 49.
78. Veja WORLD RISK REPORT 2018 [Relatório de Riscos Globais 2018], p. 48.
79. Veja GUTERRES. Remarks at Launch of International Decade for Action [Considerações sobre o Lançamento da Década Internacional para Ação].
80. ONU MULHERES. From Where I Stand [De Onde Estou].
81. CBC NEWS. Canadian Teen Tells UN "Warrior Up" to Protect Water [Adolescente Canadense Pede para as Nações Unidas "Irem à Luta" para Proteger a Água].
82. IWDA (Aliança da Década Internacional da Água). Indigenous Canadians Speak for Water on World Water Day 2018 [Indígenas Canadenses Falam em Prol da Água no Dia Mundial da Água em 2018].
83. Veja UNAI [Impacto Acadêmico das Nações Unidas]. Connecting Universities and Colleges [Conectando Universidades e Faculdades].
84. IDN-INDEPTHNEWS. UN Announces "SDG Hubs" Connecting Universities with 2030 Global Agenda [ONU Anuncia "Polos dos ODS" Conectando Universidades à Agenda Global 2030].
85. Veja UNAI [Impacto Acadêmico das Nações Unidas]. Principles [Princípios].
86. IKEDA e ESQUIVEL. To the Youth of the World [Aos Jovens do Mundo].
87. (tradução do inglês, originalmente publicado em japonês) MAKIGUCHI. *Makiguchi Tsunesaburo Zenshu* [Obras Completas de Tsunesaburo Makiguchi], v. 8, p. 365.

Bibliografia

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Saplings Take Root and Transform Lives in Tanzania* [Mudas Criam Raízes e Transformam Vidas na Tanzânia]. Tanzânia: 7 dez. 2017. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/stories/2017/12/5a269d724/saplings-root-transform-lives-tanzania.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Global Focus: Uganda* [Foco Global: Uganda]. <http://reporting.unhcr.org/node/5129>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Global Trends: Forced Displacement in 2017* [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2017]. 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5b27be547>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ANISTIA Internacional. *UN: Decisive Action Needed to Ban Killer Robots: Before It's too Late* [ONU: Necessita-se Ação Decisiva para Banir Robôs Assassinos: Antes que Seja Tarde Demais]. 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/08/un-decisive-action-needed-to-ban-killer-robots-before-its-too-late/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CAMPAIGN to stop killer robots. *Membership* [Inscrição]. 2019. Disponível em: <https://www.stopkillerrobots.org/about/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CICR (Comitê Internacional da Cruz Vermelha). *Resolutions of the Diplomatic Conference* [Resoluções da Conferência Diplomática]. Genebra, 12 ago. 1949. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=374AAAF76BE9B084DC12563CD0051C936>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DAISHONIN, Nichiren. *The Writings of Nichiren Daishonin* [Os Escritos de Nichiren Daishonin]. 2 v. Tradução: Comitê de Tradução do Goshō (ed.). Tóquio: Sōka Gakkai, 1999-2006.

EMBAIXADA da Suécia. *Preparatory Committee for the 2020 NPT Review Conference - General Statement by the Nordic Countries* [Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão do TNP em 2020]. 22 abr. 2018. Disponível em: <https://www.swedenabroad.se/en/embassies/un-geneva/current/news/preparatory-committee-for-the-2020-npt-review-conference---general-statement-by-the-nordic-countries/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

FAITH Communities Concerned about Nuclear Weapons (Comunidades de Fé Preocupadas com Armas Nucleares). *Public Statement Submitted to the 2018 UN General Assembly First Committee* [Declaração Pública Enviada ao Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU]. Nova York, out. 2018. Disponível em: <https://www.paxchristi.net/sites/default/files/statement.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), FIDA, UNICEF, PAM e OMS. *The State of Food Security and Nutrition in the World: Building Climate Resilience for Food Security and Nutrition* [O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo: Construindo Resiliência Climática para a Segurança Alimentar e a Nutrição]. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/19553EN/19553en.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

GUTERRES, Antônio. *Remarks at Launch of International Decade for Action "Water for Sustainable Development" 2018-2028* [Considerações sobre o Lançamento da Década Internacional para Ação "Água para Desenvolvimento Sustentável"]. ONU, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-03-22/decade-action-water-sustainable-development-remarks>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Remarks at the University of Geneva on the Launch of the Disarmament Agenda* [Considerações na Universidade de Genebra sobre o Lançamento da Agenda para o Desarmamento]. ONU, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-05-24/launch-disarmament-agenda-remarks>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Securing Our Common Future: An Agenda for Disarmament* [Assegurando Nosso Futuro Comum: Uma Agenda para o Desarmamento]. 2018. Disponível em: https://front.un-arm.org/documents/SG+disarmament+agenda_1.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

HIGH-LEVEL Panel on Water, Outcome document [Painel de Alto Nível sobre Água, Documento Resultante]. *Making Every Drop Count: An Agenda for Water Action* [Faça Cada Gotinha Contar: Agenda de Ação pela Água]. 14 mar. 2018. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/623971522268005372/17825HLPW-Outcome.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

IFRC (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho). *World Disasters Report* [Relatório de Desastres Mundiais]. Disponível em: <https://media.ifrc.org/ifrc/wp-content/uploads/sites/5/2018/10/B-WDR-2018-EN-LR.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

IKEDA, Daisaku. *Kataku wo izuru michi* [Uma Saída da Casa em Chamas]. Tóquio: Seikyō Shimbun, 26 set. 1958.

_____; CLEMENTS, Kevin P. *Toward a Century of Peace: A Dialogue on the Role of Civil Society in Peacebuilding* [Rumo ao Século da Paz: Diálogo sobre o Papel da Sociedade Civil na Construção da Paz]. Londres e Nova York: Routledge, 2019.

_____; ESQUIVEL, Adolfo Pérez. *To the Youth of the World: An Appeal for Resilience and Hope* [Aos Jovens do Mundo: Um Apelo para Conquistar Resiliência e Esperança]. Apelo Conjunto, 5 jun. 2018. Disponível em: <https://www.daisakuikedada.org/sub/resources/works/lect/20180605-esquivel-ikedada-jt-appeal.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

IWDA (Aliança da Década Internacional da Água). *Indigenous Canadians Speak for Water on World Water Day 2018* [Índigenas Canadenses Falam em Prol da Água no Dia Mundial da Água em 2018]. Disponível em: <https://iwda.ca/indigenous-canadians-speak-for-water-on-world-water-day-2018/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

JASPERS, Karl. *Socrates, Buddha, Confucius, Jesus: The Paradigmatic Individuals* [Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus: Os Indivíduos Paradigmáticos]. Tradução: Ralph Manheim. San Diego, Nova York e Londres: Harcourt Brace & Co, 1962.

_____. *Philosophy Volume 2* [Filosofia Volume 2]. Tradução: E. B. Ashton. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1970.

JAURA, Ramesh. *UN Announces 'SDG Hubs' Connecting Universities with 2030 Global Agenda* [ONU Anuncia "Polos dos ODS" Conectando Universidades à Agenda Global 2030]. IDN (InDepthNews), 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.indepthnews.net/index.php/global-governance/united-nations/2245-un-announces-sdg-hubs-connecting-universities-with-2030-globa%E2%80%A6>. Acesso em: 26 jan. 2019.

KENT, Melissa. *Canadian Teen Tells UN "Warrior Up" to Protect Water* [Adolescente Canadense Pede para as Nações Unidas "Irem à Luta" para Proteger a Água]. CBC News, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/autumn-peltier-un-water-activist-united-nations-1.4584871>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MAATHAI, Wangari. *Unbowed: A Memoir* [Inabalável: Memórias]. Nova York: Anchor Books, 2006.

MAKIGUCHI, Tsunesaburo. *Makiguchi Tsunesaburo Zenshu* [Obras Completas de Tsunesaburo Makiguchi]. 10 v. Tóquio: Daisanbunmei-sha, 1981-1997.

MAYORS for Peace (Prefeitos pela Paz). *Member Cities* [Cidades Membro]. Disponível em: <http://www.mayorsforpeace.org/english/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MINISTRY of Foreign and European Affairs of the Slovak Republic (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus da República Eslovaca). *Statement Delivered by H.E. Mr. Mahmoud Saikal, Permanent Representative of the Islamic Republic of Afghanistan to the United Nations and Vice President of the General Assembly, on behalf of H.E. Mr. Miroslav Laják, President of the 72nd Session of the UN General Assembly, at Opening of the Launch Event of the International Decade for Action: Water for Sustainable Development, 2018-2028* [Declaração Feita por V. E. Sr. Mahmoud Saikal, Representante Permanente da República Islâmica do Afeganistão na ONU e Vice-presidente da Assembleia Geral, em nome de V. E. Sr. Miroslav Laják, Presidente da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, na Abertura do Evento de Lançamento da Década Internacional da Água: Água em prol do Desenvolvimento Sustentável, 2018-2028]. Disponível em: <https://www.mzv.sk/documents/10182/3402407/180322+Launch+Event+of+the+International+Decade+for+Action++Water+for+Sustainable+Development.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MOFA (Ministério das Relações Exteriores do Japão). *Japan's Official Development Assistance White Paper 2013* [Livro Branco sobre Ajuda ao Desenvolvimento Oficial do Japão]. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2013/pdfs/all.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Building Bridges to Effective Nuclear Disarmament: Recommendations for the 2020 Review Process for the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)* [Construindo Pontes para o Desarmamento Nuclear Efetivo: Recomendações para o Processo de Revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)]. 2018. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/000349264.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Ninth Ministerial Meeting of the Friends of the Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty (CTBT)* [Nona Reunião Ministerial dos Amigos do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT)]. Nova York, 27 set. 2018. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/dns/ac_d/page4e_000912.html. Acesso em: 26 jan. 2019.

NAKAMURA, Hajime. *Gotama Buddha 1* [Buda Gautama Vol. 1]. Tóquio: Shunju-sha, 1992.

ÑANAMOLI, Bhikkhu (trad.). *The Middle Length Discourses of the Buddha: A New Translation of the Majjhima Nikaya* [Os Discursos de Extensão Média do Buda: Nova Tradução do Majjhima Nikaya]. BODHI, Bhikkhu (ed.). Kandy: Buddhist Publication Society, 1995.

NORWEGIAN People's Aid. *Nuclear Weapons Ban Monitor 2018* [Controle de 2018 sobre o Banimento das Armas Nucleares]. Out. 2018. Disponível em: http://www.icanw.org/wp-content/uploads/2018/10/Nuclear-Weapons-Ban-Monitor_WEB_NEW.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

OMM (Organização Meteorológica Mundial). *WMO Climate Statement: Past 4 Years Warmest on Record* [Declaração da OMM sobre o Clima: Os 4 Últimos Anos Foram os Mais Quentes]. 29 nov. 2018. Disponível em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/wmo-climate-statement-past-4-years-warmest-record>. Acesso em: 26 jan. 2019.

Continuação da pág. 64.

OMS (Organização Mundial da Saúde). *Drinking-water* [Água Potável]. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/drinking-water>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *10 Facts on Climate Change and Health* [10 Fatos sobre Mudança Climática e Saúde]. 2018. Disponível em: https://www.who.int/features/factfiles/climate_change/facts/en/index5.html. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). *Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene* [Progresso sobre Água Potável, Saneamento e Higiene]. 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258617/9789241512893-eng.%20pdf;jsessionid=C11CC99492698A3B76257D08A0BC7A3A?sequence=1>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ONU. *The Sustainable Development Goals Report 2018* [Relatório 2018 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável]. 2018. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2018-EN.pdf> /. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. 67a CONFERÊNCIA DIP/ONG DAS NAÇÕES UNIDAS, 22 E 23 DE AGOSTO. *People-Centered Multilateralism: A Call to Action* [Multilateralismo Focado nas Pessoas: Apelo à Tomada de Ação]. 2018. Disponível em: <https://outreach.un.org/ngorelations/content/outcome-document>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. ASSEMBLEIA GERAL. A/RES/2373(XXII). *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons* [Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares]. Adotado pela Assembleia Geral em 12 jun. 1968. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2373\(xxii\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/2373(xxii)). Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. _____. A/RES/64/292. *The Human Right to Water and Sanitation* [Direito Humano à Água e ao Saneamento]. Adotado pela Assembleia Geral em 28 jul. 2010. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. _____. A/RES/70/1. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development* [Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 pelo Desenvolvimento Sustentável]. Adotado pela Assembleia Geral em 25 set. 2015. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Resolution_A_RES_70_1_EN.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. _____. AD HOC COMMITTEE OF THE TENTH SPECIAL SESSION [Comitê Adhoc das Dez Sessões Especiais]. *Verbatim Record of the 14th Meeting* [Relato Integral da 14ª Reunião]. Nova York: United Nations Department for Disarmament Affairs Reference Library, 26 jun. 1978.

_____. S/RES/2250. *Resolution 2250* [Resolução 2250]. Adotado pelo Conselho de Segurança, 9 dez. 2015. Disponível em: <http://unoy.org/wp-content/uploads/SCR-2250.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Youth2030: UN Chief Launches Bold New Strategy for Young People "to Lead"* [Juventude 2030: Líder da ONU Lança Nova e Corajosa Estratégia para Jovens "Liderarem"]. News Centre: 24 set. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2018/09/1020302>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ONU Água. *Transboundary Waters* [Águas Transfronteiriças]. 2018. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ONU Mulheres. *SDG 6: Ensure Availability and Sustainable Management of Water and Sanitation for All* [ODS 6: Assegurar Disponibilidade e a Gestão Sustentável da Água e Saneamento para Todos]. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/in-focus/women-and-the-sdgs/sdg-6-clean-water-sanitation>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *From Where I Stand*: Surayo Mirzoyeva [De Onde Estou: Surayo Mirzoyeva]. ONU, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://eca.unwomen.org/ja/news/stories/2016/03/from-where-i-stand-surayo-mirzoyeva>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PICTET, Jean. *Development and Principles of International Humanitarian Law* [Desenvolvimento e Princípios do Direito Humanitário Internacional]. Dordrecht, Boston e Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). *World Overwhelmingly Commits to Protecting the Oceans and Clean Seas* [O Mundo se Compromete Fortemente a Proteger os Oceanos e Mares Limpos]. ONU, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/world-overwhelmingly-commits-protecting-oceans-and-clean-seas>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SGI (Soka Gakkai Internacional). *The Role of Youth in Nuclear Disarmament: Examining the Project, "The People's Decade for Nuclear Abolition"* [O Papel dos Jovens no Desarmamento Nuclear: Examinando o Projeto "A Década do Povo pela Abolição Nuclear"]. Thematic Paper for the Progress Study on Youth, Peace and Security [Trabalho Temático para o Progresso do Estudo sobre Jovens, Paz e Segurança]. 2017. Disponível em: <https://www.sgi-ouna.org/wp-content/uploads/2018/01/Youth-and-Nuclear-Disarmament>

-SGI-Thematic-Paper-final.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Statement to 2018 UN General Assembly First Committee* [Declaração ao Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU de 2018]. 2018. Disponível em: <https://www.sgi.org/resources/ngo-resources/peace-disarmament/statements/unga-first-committee-sgi-statement-2018.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SHIH, Heng-ching. *The Sutra on Upasaka Precepts* [Sutra sobre os Preceitos Upsaka]. Califórnia: Numata Center for Buddhist Translation and Research, 1994.

SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz em Estocolmo). *Modernization of Nuclear Weapons Continues; Number of Peacekeepers Declines*: New SIPRI Yearbook Out Now [A Modernização das Armas Nucleares Continua; O Número de Pacificadores Reduz: Novo Anuário da SIPRI Disponível Agora]. Estocolmo: 18 jun. 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2018/modernization-nuclear-weapons-continues-number-peacekeepers-declines-new-sipri-yearbook-out-now>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TODA, Josei. *Declaration Calling for the Abolition of Nuclear Weapons* [Declaração pela Abolição das Armas Nucleares]. 1957. Disponível em: <https://www.joseitoda.org/vision/declaration/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

UNAI (Impacto Acadêmico das Nações Unidas). [2010] *Principles* [Princípios]. Disponível em: <https://academicimpact.un.org/content/principles>. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Connecting Universities and Colleges with the 2030 Agenda for Sustainable Development* [Conectando Universidades e Faculdades à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável]. ONU, 24 out. 2018. Disponível em: <https://academicimpact.un.org/content/unai-announces-its-inaugural-class-sdg-hubs-connecting-universities-and-colleges-2030-agenda>. Acesso em: 26 jan. 2019.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Nature-Based Solutions for Water* [Soluções Naturais para os Problemas Hídricos]. *The United Nations World Water Development Report 2018* [Relatório 2018 das Nações Unidas sobre a Água do Mundo]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261424>. Acesso em: 26 jan. 2019.

UNIVERSIDADE DE GOTINGA. *The Manifesto* [O Manifesto]. 1957. Disponível em: <https://www.uni-goettingen.de/en/the+manifesto/54320.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

UNODA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento). *1995 Review and Extension Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons* [Revisão e Extensão da Conferência de 1995 das Partes do Tratado sobre a Não Proliferação das Armas Nucleares]. 1995. Disponível em: [http://undocs.org/NPT/CONF.1995/32\(PartI\)](http://undocs.org/NPT/CONF.1995/32(PartI)). Acesso em: 26 jan. 2019.

VAN GINKEL, Hans. *Enhancement of Human Dignity: On Alienation, Human Dignity, and Responsibility* [Elevar a Dignidade Humana: Sobre Alienação, Dignidade Humana e Responsabilidade]. Apresentado no Simpósio de Aniversário de 40 anos do Instituto de Relações Exteriores do Japão (JIIA). Tóquio: 12 dez. 1999. Disponível em: http://www.jiia.or.jp/pdf/40th_e.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

_____. *Knowing Risk: The Beginning of Any Solution, A Paradigm Shift* [Entendendo o Risco: O Começo de Qualquer Solução, Uma Mudança de Paradigma]. 30 jun. 2006. Trabalho Apresentado na Conferência Especial sobre Gestão de Risco de Saúde do Meio Ambiente e Trabalho da ONU. Disponível em: <http://www.iarmm.org/Globe/opinion/UNURectorlecture.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

WEIZSÄCKER, Carl Friedrich von. *Der ungesicherte Friede* [A Paz Insegura]. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979.

_____. *Bedingungen der Freiheit*: Reden 1989-1990 [Condições para a Paz: Palestras 1989-1990]. Munique: Carl Hanser Verlag, 1990.

_____. *Major Texts on Politics and Peace Research* [Principais Textos sobre Política e Pesquisa sobre a Paz]. BARTOSCH, Ulrich (ed.). Cham, Suíça: Springer, 2015.

_____. *Pioneer of Physics, Philosophy, Religion, Politics and Peace Research* [Pioneiros da Física, Filosofia, Religião, Política e Pesquisa sobre a Paz]. BARTOSCH, Ulrich (ed.). Cham, Suíça: Springer, 2015.

WEIZSÄCKER, Richard von. *From Weimar to the Wall: My Life in German Politics* [De Weimar ao Muro: Minha Vida na Política Alemã]. Tradução: Ruth Hein. Nova York: Broadway Books, 1999.

WOODWARD, F. L. (trad.) *The Book of the Gradual Sayings (Anguttara-Nikaya) or More-Numbered Suttas Vol. 1* [O Livro dos Provérbios Graduais (Anguttara-Nikaya) ou Números Sutras Vol 1]. Lancaster: The Pali Text Society, 2006.

WORLDRIKEREPORT 2018 (Relatório de Risco Mundial de 2018). Bündnis Entwicklung Hilft [Aliança para o Desenvolvimento de Assistência] e Universidade Ruhr de Bochum. Institute for International Law of Peace and Armed Conflict (IFHV) [Instituto do Direito Internacional para a Paz e Conflito Armado]. 2018. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WorldRiskReport-2018.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

